

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO
SOCIAL CURSO DE JORNALISMO

LOREENA CORDEIRO NEVES

**COBERTURA POLÍTICA NO JORNAL NACIONAL:
Sérgio Moro e a ruptura em rede**

Monografia

Mariana

2021

LOREENA CORDEIRO NEVES

**COBERTURA POLÍTICA NO JORNAL NACIONAL:
Sérgio Moro e a ruptura em rede**

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Hila Rodrigues

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N513c Neves, Loreena Cordeiro.
Cobertura política no Jornal Nacional [manuscrito]: Sérgio Moro e a
ruptura em rede. / Loreena Cordeiro Neves. - 2021.
53 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Hila Rodrigues.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Jornal Nacional (Programa de televisão). 2. Jornalismo - Aspectos
políticos. 3. Moro, Sérgio Fernando, 1972-. 4. Celebidades. I. Rodrigues,
Hila. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 659.3

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Loreena Cordeiro Neves

Cobertura política no Jornal Nacional: Sérgio Moro e a ruptura em rede

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 16 de dezembro de 2021

Membros da banca

Profª. Dra. Hila Rodrigues - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profª Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profª Dra. Lara Linhalis Guimarães (Universidade Federal de Ouro Preto)

Hila Rodrigues, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Hila Bernardete Silva Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/01/2022, às 21:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0265047** e o código CRC **20F6A5D2**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000193/2022-18

SEI nº 0265047

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Dedico este trabalho à memória do meu pai Ralston Richardson Neves (1961-2013) e da minha mãe Helena Cordeiro Neves (1959-2019), onde quer que estejam, sou grata a vocês por chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre ter me dado forças para alcançar meus objetivos e me permitir compreender os planos, mesmo que tortos, que a vida nos apresenta. À minha família, por ter sido meu pilar em todo este processo. Ao meu pai, pelo amor que me deu em vida e à minha mãe, por ter sido meu exemplo de força, honestidade, perseverança e bondade.

Aos meus amigos, vizinhos, irmãs e demais familiares que me acompanham desde a minha infância e adolescência, e, mesmo de longe, me ajudaram neste processo. Ao Marcos Antônio, pela parceria. Aos amigos que fiz durante esta caminhada em Ouro Preto, cidade que escolhi para viver este sonho. Muito obrigada, vocês tornaram meus dias mais felizes. À república Virada Pra Lua, por ter me mostrado que podemos ter outro lar além da nossa casa, e uma família tão linda quanto a de sangue.

Aos meus professores do ICSA, que me presentearam com a única coisa que ninguém nos tira, o conhecimento. À minha orientadora, Hila Rodrigues, pela paciência e cuidado na construção desse trabalho. À Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

*“Nasci sujeito como os outros a erros e a defeitos,
mas nunca ao erro de querer compreender só com a inteligência”*

Destino, de Alberto Caeiro
(Fernando Pessoa).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar os enquadramentos presentes nos conteúdos produzidos pelo Jornal Nacional em um momento específico do cenário nacional brasileiro: a saída do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça. A partir desse exame, a ideia é proporcionar reflexões sobre o papel social do JN e da Rede Globo de Televisão na conformação das narrativas produzidas a partir desses tipos de enquadramento. Neste estudo, as diferentes concepções de *política* trabalhadas no campo da Ciência Política, assim como a compreensão das singularidades do *jornalismo político* e da *cobertura política* no Brasil, são importantes questões em debate. A análise de enquadramento das quatro edições do JN aqui apresentadas revelou recortes e emoldurações destinadas a promover a celebração da figura de Sérgio Moro.

Palavras-chave: Análise de enquadramento; Celebridade; Jornal Nacional; Jornalismo político; Sérgio Moro.

ABSTRACT

This work aims to examine the frameworks present in the contents produced by Jornal Nacional in a specific moment in the Brazilian national scenario: the dismissal of former judge Sérgio Moro from the Ministry of Justice. With this examination, the intention is to provide reflections on the social role of JN and Rede Globo de Televisão in shaping the narratives produced from these framing modes. In this study, the different conceptions of politics worked in the field of Political Science, as well as the understanding of the singularities of political journalism and political coverage in Brazil, are important issues under debate. The framing analysis of the four editions of JN presented here revealed cutouts and frames designed to promote the celebrity of Sérgio Moro's figure.

Keywords: Framing analysis; Celebrity; National journal; Political journalism; Sergio Moro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - Jornal Nacional - Edição: 24 de abril de 2020..... | 37 |
| FIGURA 2 - Jornal Nacional - Edição: 5 de maio de 2020..... | 38 |
| FIGURA 3 - Jornal Nacional - Edição: 12 de maio de 2020..... | 39 |
| FIGURA 4 - Jornal Nacional - Edição: 25 de maio de 2020..... | 40 |

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SEDU – Secretaria de Estado da Educação

JN – Jornal Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

CPMI – Comissão Parlamentar de Inquérito Mista

PF – Polícia Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 COBERTURA POLÍTICA E SOCIEDADE..... | 13 |
| 2.1 Política e cobertura política..... | 13 |
| 2.2 Cobertura política no Brasil..... | 15 |
| 2.3 Jornalismo político..... | 19 |
| 3 ENQUADRAMENTOS POLÍTICOS NA TELA DA GLOBO..... | 22 |
| 3.1 Globo e cobertura política no Brasil..... | 23 |
| 3.1.1 O JN e o papel do discurso de informação..... | 24 |
| 3.1.2 O JN e a operação lava jato: a construção narrativa..... | 25 |
| 3.1.3 O personagem Sérgio Moro e as rupturas em rede..... | 26 |
| 3.1.4 A imagem pública e os diferentes processos de celebração..... | 27 |
| 3.1.5 De “superministro” a ex-ministro: as imagens edificadas e a realidade..... | 28 |
| 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS..... | 29 |
| 4.1 As edições e os recortes para a emolduração..... | 30 |
| 4.2 Exercícios analíticos..... | 34 |
| 4.3 Moro e as celebração..... | 40 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 45 |
| 6 REFERÊNCIAS..... | 47 |
| 7 APÊNDICE..... | 49 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar enquadramentos específicos produzidos pelo Jornal Nacional durante a cobertura jornalística dos episódios centrais que marcaram a saída do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça, em abril do ano de 2020. Esses enquadramentos – reveladores da ruptura de Moro com o governo de Jair Bolsonaro (então sem partido) – foram cuidadosamente trabalhados em rede pelo grupo Globo. Trata-se de uma questão estreitamente relacionada à cobertura política no Brasil, e também aos desafios do fazer jornalístico em tempos de crise¹.

A cobertura política no Brasil foi e é marcada por dilemas de variadas ordens, mas, principalmente, pela grande concentração dos grupos de mídia no país – isto é, pelo grande número de veículos de comunicação sob a gestão de algumas poucas famílias – e pelos fortes laços estabelecidos entre essas empresas e a classe política (PINTO, 2017). Essas características contribuem para a conformação de uma estrutura que, segundo a autora, dificulta o acesso a informações transparentes, livres de eventuais interesses de cunho eleitoreiro, por exemplo. Mas essa cobertura é influenciada também, e sobretudo, pela narrativa hegemônica protagonizada pela Rede Globo de Televisão, que, ao lado de outras concessões do Grupo Globo, ainda se evidencia, na atualidade, como a mais poderosa rede nacional de emissoras. Há mais de uma década, estudiosos como Venício de A. Lima já chamavam a atenção para o fato de que esse poder decorre não apenas da centralidade da TV Globo na construção “das representações sociais dominantes”, mas da sua impressionante capacidade de exercer “interferência direta (...) em vários momentos da história política do Brasil”(2006, p.65). Estudos recentes como o de Ângela Carrato, Eliara Santana e Juarezza Guimarães, intitulado *O ator político Jornal Nacional e a desconstrução da democracia brasileira*, de 2021, confirmam essas perspectivas.

É com base nessas particularidades que esse estudo é desenvolvido. Por isso ele aciona, além de Venício Lima (2006; 2017) e Pâmela Araújo Pinto (2017), autores como Timothy Cook (2011), em sua abordagem sobre as maneiras como a mídia instala debates e ideias no campo

¹ O ano de 2020 é marcado pela pandemia da Covid-19, que já ocasionou mais de 600 mil mortes no país. O cenário foi agravado pelas ações do presidente Jair Bolsonaro nos últimos dois anos, conforme o texto aprovado em outubro de 2021 pela CPI da Covid, na Câmara dos Deputados. O texto pede que o presidente da República seja investigado e, se preciso, responsabilizado por atos diretamente relacionados à gestão do seu governo durante a pandemia. Ele é acusado de crimes comuns, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade. Mais detalhes sobre a acusação podem ser acessados em reportagem da BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59057279>. Acesso em: 17 nov. 2021.

político, exercendo um papel importante na sociedade. Ao dissertar sobre o jornalismo político no Ocidente, Cook toma os profissionais da comunicação como atores políticos e, ao fazer isso, revela um jornalismo que não reflete o mundo real, mas, sim, um jogo de ações na disputa pela melhor história na perspectivas dos conglomerados midiáticos – um processo marcado pela priorização de certas fontes em detrimento de outras, e também pela seleção de certos modos de ver. Cook mostra um universo de escolhas e exclusões capazes de comprometer seriamente os relatos jornalísticos no campo da cobertura política.

Foi preciso, então, pensar o papel exercido pela mídia nessa área, nessa editoria – e isso exigiu uma compreensão ampliada do conceito de política. Por isso também se recorreu a alguns dos estudos de Hannah Arendt, pela perspectiva de Ana Paula Torres (2007), mas também ao debate proposto por Luís Felipe Miguel (2015) em relação à política que, nas sociedades democráticas, e principalmente no Brasil, se articula, segundo ele, à violência estrutural – como a fome e a miséria, por exemplo.

Para analisar a cobertura política feita pela Rede Globo e os processos de celebração de figuras públicas, recorreu-se a Silva e Simões (2021) e à sua discussão sobre os diferentes processos de celebração observados na TV. Mas, pensar a celebração exigiu pensar nos modos de construção desse processo na tela – no caso, da Rede Globo. Era preciso um conceito para fundamentar uma análise das emoldurações (*framings*) observadas nas edições do dia 24 de abril de 2020, e de 5, 12 e 25 de maio desse mesmo ano – todas elas abordando o episódio da saída de Moro do governo Bolsonaro. Foram retomados, então, elementos destacados por estudiosos do enquadramento – com destaque para Erving Goffman, Todd Gitlin e Robert Entman, a partir de um resgate histórico das pesquisas empreendidas por Mauro Porto (2004). Optou-se, ao final desta etapa, pelo conceito trabalhado por Entman, para quem o enquadramento pode ser compreendido como uma seleção de certos aspectos da realidade percebida que, uma vez salientados (em detrimento de outros), resultará em uma definição bastante particular de um problema.

Desta forma, o trabalho foi estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, segue-se o segundo capítulo, que propõe uma discussão acerca do conceito de política partindo das ideias de Hannah Arendt, mas também de Luis Felipe Miguel – como já mencionado –, para tratar da problemática refletida na articulação entre política e violência estrutural. A isso, agrega-se uma discussão sobre a cobertura política no Brasil e seus dilemas, como a grande concentração da mídia no país, revelada pela pesquisa de Pâmara Pinto e pelos estudos de Venício Lima. As reflexões que dizem respeito ao jornalismo político e suas particularidades

também são propostas aqui a partir das concepções de Timothy Cook sobre os desafios dessa editoria.

No terceiro capítulo, são resgatados elementos e características importantes relacionadas não apenas à cobertura política no Brasil, mas ao percurso da Rede Globo nesse campo. Nesse ponto do trabalho, discute-se o JN e o papel do discurso de informação, a construção narrativa da Lava Jato trabalhada pelo jornal, a figura do ex-juiz Sérgio Moro, a questão da imagem pública e os processos de celebração.

O quarto capítulo traz uma descrição das edições e a análise dos enquadramentos apresentados. Para o exame dessas quatro edições, foi construído um quadro analítico (APÊNDICE) com o objetivo de identificar as escolhas do JN na construção da imagem do ex-juiz. O quadro evidencia, naquele momento, esforços variados para a celebração de Sérgio Moro.

Espera-se que essa pesquisa contribua para os debates sobre o papel dos enquadramentos jornalísticos na cobertura política, especialmente em tempos desafiadores para os regimes democráticos.

2 COBERTURA POLÍTICA E SOCIEDADE

No estudo aqui proposto, que recorrerá à figura do ex-juiz Sérgio Moro para examinar os enquadramentos presentes nos conteúdos produzidos pelo Jornal Nacional em um momento específico do cenário nacional brasileiro, duas questões são muito importantes para uma discussão inicial: a concepção de *política* e a compreensão das singularidades do *jornalismo político* e da *cobertura política no Brasil*.

Assim é que, neste capítulo, optou-se por um diálogo com autores que trabalham noções singulares a respeito desses tópicos. Ana Paula Torres (2007) e Luis Felipe Miguel (2015) são dois apoios fundamentais para a discussão que se apresenta em torno do conceito de política. Ambos partem de concepções muito caras à filósofa política Hannah Arendt. Torres enfatiza a ideia da filósofa alemã de que política e liberdade caminham juntas – e que, por isso, os regimes totalitários impedem que o indivíduo seja livre. Nessa concepção, ambientes em que necessitam da violência para funcionar deixam de ser ambientes políticos. Miguel, no entanto, argumenta que política e violência caminham necessariamente juntas, e em toda a história da humanidade.

A essa discussão somam-se as abordagens de Pâmela Pinto (2017) e de Venício Lima (2017) sobre as narrativas produzidas acerca do universo político no campo midiático – em especial pela imprensa. Ambos refletem sobre a cobertura política no Brasil – suas singularidades, seus embaraços e desafios –, observando, sob diferentes perspectivas, como ela é atravessada por questões ideológicas e financeiras, mas, sobretudo, culturais.

Também se recorrerá ao cientista político Timothy Cook (2011) e suas concepções sobre o papel das editoriais de política e de seus profissionais na sociedade, considerando a filtragem de informações e os dilemas éticos desse tipo de cobertura em todo o mundo.

2.1 Política e cobertura política

A partir das reflexões de Ana Paula Torres (2007) sobre a visão de *política* trabalhada pela filósofa Hannah Arendt, é possível refletir se de fato é possível chamar de *política* aquilo de que resultam as ações totalitárias – ou os projetos de desumanização do sujeito e tantos outros males que já feriram tantas sociedades de maneiras tão violentas. É que a política, na concepção de Arendt, é, antes, um sinônimo de liberdade. Nessa perspectiva, o termo liberdade – construído e adaptado ao longo do tempo – foi, primeiramente, pensado como um modo de o

ser humano aprender a se relacionar com o mundo externo, que é diferente do seu. Liberdade, então, era algo também relacionado à vontade (ARENDR *apud* TORRES, 2007). Assim, a política – na concepção da filósofa – estava necessariamente relacionada à capacidade dos homens de fazer acordos em um cenário marcado pela pluralidade de interesses. Foi pensando na polis grega, com interesses tão diversos em diferentes tempos, que Arendt identificou a relação estreita entre liberdade e ação política. O sujeito, desse ponto de vista, só é livre quando age, quando participa, quando faz acordos, quando escolhe (*idem*). Mas para agir é preciso algum tipo de poder e o poder, para Arendt, só faz sentido quando reflete o “poder vivo do povo” (p.239).

É dessa perspectiva que nasce a ideia de que o valor da liberdade não está apenas em si mesmo, mas na ação política implementada e no resultado obtido. Para Arendt, a ação política nunca pode ser realizada isoladamente, assim como a liberdade não pode ser vivenciada de maneira solitária. Arendt não concorda com o pensamento de Aristóteles, para quem o homem é um ser político desde o nascimento. Para ela, o homem se torna político ao conviver com o outro. Um único homem pode pensar sozinho uma ação política, mas essa ação só pode ser pensada a partir do seu convívio em sociedade. E só em sociedade pode ser colocada em prática.

De acordo com Torres (2007), outro ponto importante abordado por Arendt está relacionado especificamente ao mundo plural em que vivemos, onde nunca se sabe ao certo quais serão os resultados de cada ação que criamos. Esta imprevisibilidade faz parte do movimento marcado por ação e reação – e, portanto, de uma cadeia de movimentos que resultam uns dos outros. Logo, mesmo criando algo, não somos autores dos resultados que se concretizam mais adiante – pois há vários autores envolvidos. Por exemplo: governantes não governam sozinhos. Todo líder precisa de apoio para colocar em prática suas ideias – e isso, segundo Arendt, ocorreu também em regimes totalitários e violentos, ainda que muitas pessoas (vítimas, em geral) se sentissem anuladas e desumanizadas. Logo, a violência pode ser capaz de destruir liberdades, mas não é capaz de construir nada sozinha. Quando regimes totalitários privam a existência do outro, o poder passa a devorar a si mesmo. Qualquer mundo que impeça a articulação dos indivíduos de configurar novas políticas e direitos, está fadado a entrar em crise, pois, para existir política, é necessário que exista liberdade (TORRES, 2007).

Mas nem todos os estudiosos concordam com Hannah Arendt. Luís Felipe Miguel (2015), por exemplo, observa que a ideia de violência na política pode ser vista por outro ângulo. A violência, na concepção do cientista político da UnB, emerge como algo necessariamente presente na política, e eliminá-la como elemento presente seria retirar um

componente central desse ambiente. Para Miguel, a ideia de Arendt de não vincular necessariamente a violência à política – enfatizar que a violência só começa onde o diálogo termina – é um pensamento que romantiza o poder da conversação e das tentativas de acordo nas esferas de poder. Para o autor, violência e política caminham juntas e ignorar isso não soluciona os desafios impostos às sociedades. O autor trabalha com a ideia da violência aberta – reconhecida facilmente em ações de repressão ou de ataques a grupos minoritários – e com a ideia de violência estrutural e sistêmica, refletida nas situações de precariedade e escassez, tais como a fome e outros tipos de desamparo às populações mais vulneráveis.

Desse modo, a violência estrutural e sistêmica aparecem como violências que se dão claramente. Na medida em que a população é privada de bens e espaços, por meio de coerção física ou verbal, a violência já está atuando ali. Muitas vezes, são violências camufladas pelas próprias leis e certos acordos presentes nas relações sociais e políticas – e que, não raro, são difíceis de serem identificadas. Um exemplo citado pelo autor ao se referir às violências veladas está no poder econômico. Se uma pessoa não tem condições de pagar um aluguel, está sujeita a morar na rua. Essa pessoa não tem como lutar contra o governo que a deixa nesse estado de desamparo – pois não há qualquer lei que estabeleça que morar na rua é uma violência que pode ser atribuída ao estado e suas políticas públicas, seja na área social ou econômica.

Ainda segundo Miguel (2015), quando não se nota a violência estrutural, as reações daquelas pessoas que são oprimidas acabam sendo consideradas igualmente violentas. Ou seja, chama-se determinada reação de “violenta” sem que se atenha à violência que a desencadeou. Na perspectiva de Miguel, a violência é, muitas vezes, a única chance de alguém inferiorizado demonstrar que, embora esteja em situação vulnerável, ainda tem forças para fazer valer seus interesses e necessidades. Por isso mesmo é que, para o autor, a violência estrutural é um fator que caminha junto com a política. Aqui, é preciso reconhecer que a política emerge como demanda principalmente em situações de conflitos entre pessoas com diferentes sonhos e aspirações.

Em sua discussão sobre política e violência, Miguel (2015) também recorre a Maquiavel, para discutir as possibilidades de institucionalização do conflito como solução para a violência aberta, de forma que diferentes esferas do poder governamental possam encontrar soluções provisórias para cada conflito existente. Desse modo, interesses diferentes, capazes de gerar esses conflitos, não colocariam em risco o convívio social. O processo eleitoral, por exemplo, dá essa abertura, no campo político, para que os cidadãos comuns possam participar e opinar sobre o que bem desejam. Trata-se de uma forma de canalização – e controle – das

divergências. Nesse modelo, o voto, sendo individual, expressa um interesse particular, porém em um universo de escolha coletiva.

Não surpreende, sob esse aspecto, que as escolhas coletivas estejam entre os principais temas abordados pela mídia em todo o mundo. No Brasil, essas escolhas – em função da crise política instalada em 2016 (com o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro dois anos depois) –, têm sido o eixo de grande parte dos conteúdos trabalhados pelos profissionais de imprensa nos últimos anos. Por isso é importante discutir, aqui, algumas das questões que perpassam a cobertura política no Brasil. Até porque a maneira como essa cobertura é feita, em conformidade com os interesses das elites que detêm as maiores empresas de comunicação do país, tem relação com a violência estrutural denunciada por Miguel, como se verá a seguir.

2.2 Cobertura política no Brasil

São numerosas as particularidades e desafios da cobertura política. Parte dos dilemas que precisam ser enfrentados pelo profissional de imprensa está diretamente relacionada aos próprios impasses que permeiam o conceito de política e suas nuances. No Brasil, contudo, esses desafios são ainda maiores, principalmente em função do jogo de interesses presente, de maneira aguda, nos processos que envolvem as concessões de rádio e TV. Estudiosos desse tema, como Pâmela Pinto (2017), já demonstraram, por exemplo, que são muitas as estratégias utilizadas pelas autoridades governamentais para viabilizar concessões públicas para fins privados – o que contribui para a criação de laços entre atores políticos de determinadas regiões com grupos de radiofusão de referência nacional. Na prática, esses laços aumentam o controle sobre as informações transmitidas e auxilia na construção de maior visibilidade política para os donos de determinadas emissoras e, em alguns casos, também para os seus herdeiros.

Há muito o Brasil se distingue por esse sistema caracterizado pela concentração das mídias em poucos grupos, pela centralização das empresas nas capitais, pela falta de informações transparentes sobre esse mercado e pelo predomínio de programas jornalísticos contaminados pelos interesses que envolvem, nas capitais e nas regiões interioranas, as empresas filiadas às redes nacionais de rádio e televisão. Significa espaço midiático garantido àqueles políticos empenhados na alavancagem de suas respectivas carreiras e, muitas vezes, das carreiras de seus familiares.

Em sua análise, Pinto (2017) traça cinco subsistemas de mídia no Brasil, trabalhando a partir das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Na região Norte, ela demonstra a força de 34 políticos detentores de veículos de comunicação, atuando isoladamente ou em conjunto com parentes envolvidos no mercado midiático. Predominam, no estudo, as figuras de senadores e deputados federais como os principais donos das empresas de comunicação. Além disso, só em 2015, eram oito os políticos identificados como donos de empresas midiáticas em exercício de mandato. O ex-deputado federal, Narciso Mendes, por exemplo, elegeu sua mulher, Célia, como representante do Acre na Câmara Federal. Ele é dono da Sociedade Acreana de Comunicação, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). No Amapá, o senador Davi Alcolumbre (DEM), em sua trajetória então marcada por 14 anos de mandato legislativo – como vereador e senador – contou com o efetivo apoio das três emissoras afiliadas a redes nacionais de seu tio José Alcolumbre e, a partir de 2009, contou também com o jornal gratuito² criado pela família. Durante sua primeira disputa, ainda em 2000, Alcolumbre já contava com o apoio desse conglomerado midiático familiar, iniciado em 1988, com a primeira televisão afiliada ao SBT.

Não é diferente na região Sul, onde o estudo aponta para outros 824 veículos pertencentes a 29 grupos midiáticos, com a atuação de 56 políticos donos de mídias de radiodifusão, em geral coordenados por parentes. Os prefeitos (e seus familiares) são os que mais aparecem como os principais donos de empresas midiáticas. Em 2015, 12 políticos do Sul donos de mídias exerceram mandatos. Outro estudo demonstra, por exemplo, que o ex-deputado federal Ratinho Júnior é um personagem político que exemplifica bem como usar ao seu favor essas concessões (QUADROS; LOPEZ; BESPALHOK *apud* TORRES, 2017). Ele inicia sua carreira política no ano de 2003, com passagens bem-sucedidas nos Legislativos estadual e federal. No ano de 2012 tentou governar Curitiba, mas não venceu. Em 2014, voltou à disputa eleitoral e conseguiu se eleger deputado estadual, período em que foi convidado pelo então governador, Beto Richa (PSDB) para exercer o cargo de secretário na pasta de Desenvolvimento Urbano (SEDU). Paralelamente à vida política, Ratinho Júnior fez uso dos programas das emissoras de radiodifusão de seu pai, o empresário e apresentador Ratinho. Além disso, apresentava um programa de rádio na capital paranaense chamado “Microfone Aberto”, então retransmitido em rede para as outras afiliadas da Rede Massa.

² As Organizações José Alcolumbre, coordenadas pela família do ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre, possui alguns veículos de comunicação, tais como emissoras de televisão (como a TV Marco Zero, afiliada da Record, e TV Macapá, retransmissora do SBT) e as rádios no Amapá.

Como observa Pâmela Pinto (2017), é fato que a concentração presente no sistema de posse das concessões de mídia limita o acesso à informação por parte da população e facilita a ampliação do grupo de políticos que se beneficia dessas concessões – concessões públicas que, afinal, não deveriam ser usadas para fins particulares. Distribuídos dessa forma, esses grupos midiáticos aumentam a visibilidade de seus donos e contribuem para que eles e seus herdeiros políticos permaneçam em cargos públicos. A TV comercial aberta ainda é o tipo de mídia mais acessado do Brasil, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está presente em 97,2% dos lares. Sua estrutura cria conglomerados constituídos de grandes redes de TV de abrangência nacional que alcançam escalas regionais e locais, com grupos que controlam empresas de rádio, televisão, internet e jornais nas capitais e no interior do país, onde a TV e o rádio ainda são as principais fontes de informações dos brasileiros.

Venício Lima, um dos pesquisadores que mais se dedicou aos estudos sobre as concessões de mídia no Brasil, afirma que, no país, ainda são enormes os obstáculos para uma universalização da liberdade de expressão – ou da democratização do direito de se comunicar. Nesse sentido, ele chama a atenção para a pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas sobre o uso dos *smatphones*. O levantamento, segundo ele, indica que, embora o uso desse dispositivo seja praticamente igual ao número de pessoas que habitam o país, o acesso às redes sociais por meio dessa tecnologia não garante nenhum tipo de acesso ao debate público. Ele argumenta que grande parte do conteúdo distribuído e compartilhado nas redes sociais são originários da TV, que ainda é controlada por poderosos (LIMA, 2017).

Na perspectiva do autor, o que ocorre, no Brasil, é uma espécie de emudecimento. Por isso recorre ao conceito de *cultura do silêncio*, criado pelo educador Paulo Freire, na tentativa de explicar uma sociedade em que homens e mulheres nascem, vivem e permanecem na condição de oprimidos, sem acesso a debates públicos diretamente relacionados a suas próprias vidas. Segundo Lima, Freire acreditava na superação desse padrão por meio do que chamou de *ação cultural da liberdade*. Esse tipo de ação, na prática, guarda todos os atos e aprendizados por meio dos quais as pessoas pudessem desenvolver a capacidade de traçar o próprio destino, aprendendo e agindo para alterar os percursos percorridos, alcançando suas aspirações. Embora essa seja uma discussão travada nos anos 1960 – e, portanto, ainda durante a guerra fria – Freire ilumina, ainda hoje, os estudos brasileiros contemporâneos dedicados aos dilemas da comunicação, e não apenas da educação, na sociedade.

Em sua abordagem, Venício Lima (2017) observa, ainda, que essa cultura do silenciamento acompanha o Brasil em toda sua trajetória. Destaca, por exemplo, que autores

como Robert Southey e Padre Antônio Vieira, já afirmavam, nos séculos XVIII e XIX, que o silenciamento do povo brasileiro vem desde muito tempo. De acordo com esses estudiosos, sempre que o próprio povo tentou se manifestar, foi calado pela opressão violenta e pela falta de representantes da própria terra, o que teria ampliado ainda mais este silêncio. Além disso, ambos os autores trabalham com a ideia de que o Brasil era um país sem uma classe intermediária entre os senhores e os escravos, mesmo por algum tempo após a abolição da escravatura. Lima (2017) lembra que Paulo Freire ressalta a ausência de uma vida comunitária entre os brasileiros, o que teria contribuído para uma situação de inexperiência democrática, ou seja, pouquíssimo conhecimento em como resolver demandas comuns. Todas essas características são heranças coloniais.

Pensando neste contexto histórico de silenciamento, Lima (2017) propõe reflexões sobre as múltiplas formas de silenciamento vivenciadas ainda hoje pelo país. A inexperiência democrática, na perspectiva do autor, permanece em uma sociedade já urbanizada, nominada como democrática e com forte influência dos meios digitais. Ele observa que, desde que os meios tecnológicos se tornaram mediadores de voz do espaço público, também foram criadas, em contrapartida, leis e políticas que continuam impedindo um acesso universal dos cidadãos às informações em circulação. Segundo ele, grupos minoritários, como mulheres, indígenas e a classe trabalhadora, seguem hoje silenciadas através de políticas excludentes. Desse ponto de vista, caberia ao Estado promover e garantir um debate aberto, em que todos possam falar e ouvir, sem que a voz dos poderosos dizime a voz dos menos poderosos.

Todas essas particularidades exigem um olhar atento e crítico para a prática diária do jornalismo, principalmente no que se refere a um tipo de cobertura que exige de repórteres, redatores e editores certo envolvimento com instituições e organismos diretamente ligados à gestão governamental. Sendo assim, faz-se necessário estender essas reflexões até a prática do jornalismo político.

2.3 Jornalismo político

O jornalismo envolve atividades que, pelo menos parcialmente, estão estreitamente ligadas a outras instituições. De acordo com Timothy Cook (2011), o jornalismo em si é uma instituição política e, por isso mesmo, os profissionais de imprensa são, igualmente, atores políticos. O autor lembra que são vários os estudos indicadores de que a mídia exerce um papel político quando, por exemplo, contribui para alargar a autoridade daqueles que “já são

politicamente poderosos” (2011, p.205). A mídia instala certos debates, trabalha conceitos e ideias, amplia alcances. Entretanto, o jornalismo – como observa Theodore L. Glasser em suas abordagens sobre ética e política na imprensa – não é um espelho do mundo, em especial nesse campo (GLASSER *apud* COOK, 2011).

Há muitas faces no exercício do jornalismo político. Quando se noticia um fato relativo a um determinado governo, o profissional estará sempre enfatizando algum aspecto particular daquele governo, seja ele negativo ou positivo. De qualquer maneira, esse profissional se arrisca a atuar ora como porta-voz de uma instituição, ora como alguém que age na qualidade de opositor a ela. Além disso, é preciso considerar os diversos acordos e arranjos feitos internamente entre jornalistas e fontes, no processo de obtenção de uma informação. E, nesse cenário, é preciso considerar, ainda, a maneira como o jornalista pode legitimar ou não essa fonte, dando maior ou menor importância a ela. Seja como for, a necessidade de se construir uma notícia objetiva e de qualidade faz com que o profissional de imprensa selecione os conteúdos que serão divulgados. Significa que o repórter vai escolher quais informações serão utilizadas, que o editor fará nova seleção numa segunda fase e que, certamente, essa seleção precisará passar pelo crivo do dono do jornal – que pode aprovar ou não a edição final. Tudo é escolha.

De acordo com Richard Hofstetter, estudioso da cobertura jornalística em campanhas políticas na TV, são várias e distintas as orientações que podem decorrer de determinada seleção ou de determinado cenário constituído. A primeira delas está relacionada ao *viés político*, quando a notícia revela preferências individuais ou coletivas dos jornalistas. A outra se refere àquilo que o autor chama de *viés situacional*, quando os atores políticos adotam comportamentos específicos para receber cobertura da imprensa. Por último, o *viés estrutural*, quando os atores políticos recebem melhor cobertura por fazerem parte de histórias oportunas no mundo jornalístico (ou esteticamente adequadas por serem claras, de fácil apresentação, visualmente interessantes). Essas demandas do mercado costumam fundamentar as preferências dos profissionais em busca de boas histórias – e ainda que os jornalistas não deixem explícitos quaisquer interesses envolvidos em cada notícia veiculada, os políticos sabem quais são (COOK, 2011).

Seja como for, o fato é que boas histórias precisam ser interessantes. Por isso é que, quando um jornalista procura uma fonte, ele deseja informações sobre assuntos que julga importantes e valiosos sob um aspecto particular. Contudo, esse valor de importância também passa pela fonte. Muitas vezes essa fonte repassa ao jornalista aquilo que, da sua perspectiva, é

relevante. O profissional da imprensa precisa analisar esse aspecto e decidir se aquela informação vale ou não vale ser publicada. De maneira mais geral, há, nesse universo, uma preferência por notícias que tenham protagonistas, antagonistas e um enredo que possa desencadear novas histórias – o que configura o conflito, um importante elemento no processo de produção da notícia nesse campo. Essa é uma das razões pelas quais uma das primeiras decisões de um repórter de política ao se deparar com determinada pauta, de acordo com Cook (2011), é “quem serão as fontes?”.

Para dar voz a todos, é preciso abordar a totalidade dos personagens envolvidos, sejam eles o presidente da República, o líder do sindicato, as pessoas que se manifestam nas ruas ou um especialista no assunto em foco. Essa abordagem, contudo, ainda que se destine a abranger todos os lados da história, não contempla esses atores da mesma forma, ou seja, não dedica a eles o mesmo espaço. A delimitação desse espaço dependerá de uma série de fatores, que vão do cargo ocupado à relevância de determinado ator naquele acontecimento, passando pelo poder de influência desse ator na esfera midiática. Outro fator a ser considerado é o tipo de relação que o jornalista estabeleceu com a fonte – e esse é um fator que resulta de alguns cuidados muito específicos, tais como a criação de um bom ambiente para a entrevista e a checagem rigorosa da qualidade das informações repassadas, entre outros. Algumas fontes não oficiais, por exemplo, podem representar um risco quando não dominam o assunto em questão. Ou podem ser consideradas menos confiáveis na opinião do público (COOK, 2011).

As fontes oficiais são as preferidas pelos jornalistas nesse campo, não apenas em função dos cargos que ocupam – e, portanto, do acesso que possuem aos corredores do poder –, mas, principalmente, porque a informação que parte delas costuma ter mais credibilidade. Quando uma fonte oficial fala, aquela mesma notícia ganha legitimidade. No entanto, é exatamente por isso que o jornalista precisa estar atento para não ser manipulado ou ludibriado por essa fonte, que pode passar dados sem importância e omitir os detalhes que realmente importam. Não por acaso as grandes histórias surgem quando o repórter consegue se afastar desses eventos padrões. De acordo com Cook (2011), as melhores notícias produzidas a partir da cobertura da Casa Branca, por exemplo, foram feitas com a ajuda de fontes não oficiais, documentos, vídeos e áudios. Desse tipo de cobertura, segundo ele, costumam sair histórias muito mais interessantes do que as coletivas decorrentes da conferência governamental.

Os jornalistas também têm predileção pelas narrativas de conflito e, mais ainda, pelas histórias exclusivas, que não foram publicadas por nenhum outro veículo – pelo menos não com a mesma perspectiva. Uma boa matéria – em especial na editoria de política – é feita com muitos

detalhes e informações inusitadas, de forma a compor uma trama para um novo capítulo. Em política, uma boa história costuma render muitas outras histórias a partir da repercussão de um dado acontecimento. Assim, cria-se uma sequência de conflitos que dá ao jornalismo político, como observa Cook (2011), um caráter frequentemente crítico. Nele, é ainda mais possível trabalhar a prática do questionamento, a capacidade de estabelecer comparações elucidativas (por exemplo, entre as promessas de uma autoridade pública e o que ela de fato entrega à população) e trabalhar minuciosamente os elementos que asseguram a maior ou menor veracidade de um fato.

3 ENQUADRAMENTOS POLÍTICOS NA TELA DA GLOBO

Apesar de não haver ainda um conceito preciso – e consensual – de enquadramento capaz de sustentar de maneira mais ampla as metodologias fundadas nas concepções de *framing*, especialmente no campo da comunicação, é possível, como observa Porto (2002), identificar alguns aspectos importantes e úteis para aqueles que optam por esse caminho analítico.

Goffman, em 1986, foi o primeiro autor a fazer uma análise mais sistemática do termo, aplicando-o aos processos de interação social. O sociólogo canadense pontuou que o enquadramento é o que permite que se responda à pergunta “O que está acontecendo aqui?”. Nesse sentido, o enquadramento pode refletir não apenas a organização de evento social, como também o envolvimento do público no âmbito desse evento. Os enquadramentos criam marcos interpretativos que permitem ao sujeito organizar e entender um determinado contexto (GOFFMAN *apud* PORTO, 2002).

O termo também havia sido trabalhado por estudiosos do campo da Psicologia, onde passou a ser empregado para nomear métodos singulares voltados para a observação de alterações comportamentais em contextos específicos de interação (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Recorrendo a Kahneman (1984) e Tversky (1986), Porto³ explica que, no campo da política, por exemplo, alguns estudos evidenciam a maneira como certos enquadramentos funcionam como importantes instrumentos de poder. São, segundo ele, ferramentas complexas que, muitas vezes, funcionam de modo a nem sempre permitir notar os impactos que podem

³ Porto (2002) refere-se à pesquisa intitulada *Propect theory: an analysis of decidion under risk economoetrica*, publicada em 1979, nos Estados Unidos, pelos psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky, que evidencia a existência de intenções de cunho político e econômico por trás de certos enquadramentos.

gerar.

Ao longo dos anos, com o aprofundamento nos estudos, os enquadramentos chegaram à área da Comunicação contribuindo, em especial, para as análises presentes no contexto da produção de notícias e modos de compor os relatos midiáticos. Ao permitir práticas específicas de seleção, ênfase e exclusão, os enquadramentos permitem ao sujeito construir interpretações particulares de cada fato (ENTMAN *apud* PORTO, 2002). É sob esse aspecto que o enquadramento emerge, nesta pesquisa, como ferramenta importante para a discussão sobre a cobertura política no Brasil, com destaque para os relatos noticiosos da Rede Globo de Televisão. Para compreender esse ponto, é preciso considerar, principalmente, o lugar ocupado pela emissora no mercado midiático e o discurso de informação do JN a partir desse lugar – e no contexto da Lava Jato.

3.1 Globo e a cobertura política no Brasil

Na concepção do cientista político Luís Felipe Miguel (2001), a Rede Globo de televisão é um conglomerado de mídia que possui plena consciência do poder que possui junto à sociedade moderna. Essa consciência teria sido confirmada por Roberto Marinho no ano de 1987, em entrevista ao New York Times, ocasião em que o empresário confirmou que se utiliza desse poder, deixando evidente que os debates acerca da influência do canal sobre os cidadãos não são apenas teorias conspiratórias. Sob esse aspecto, o autor lembra que a Rede Globo é líder incontestável em quase todas as faixas de horário da TV brasileira e com larga margem de diferença em relação às outras emissoras. Entre 1985 e 1990, por exemplo – período de mandato do então presidente da República, José Sarney –, essa influência é notável. Miguel (2001) observa que, naquela época, marcada por grave crise econômica, dentre todos os ministros do governo, o único que permaneceu no cargo até o fim foi Antônio Carlos Magalhães, o ministro das Comunicações indicado por Roberto Marinho naquela gestão.

A literatura registra que a influência da Rede Globo está, principalmente, na relação simbiótica com o poder político desde a ditadura militar que se inicia em 1964 – relação que contribuiu para que hoje o grupo Globo reúna ampla gama de TVs, rádios, revistas, portais, editoras e jornais. No caso específico da Rede Globo de Televisão, o golpe de 1964 foi fundamental para que a emissora se tornasse um fenômeno, especialmente a partir de 1969, ano do surgimento do Jornal Nacional, primeiro noticiário televisivo apresentado no mesmo horário para quase todas as regiões do país (MIGUEL, 2001). A ideia do Jornal Nacional é tão exitosa

que pouca coisa foi modificada na estrutura central do noticiário nas últimas cinco décadas. O jornal segue sendo exibido seis vezes na semana, alcançando aproximadamente 50 milhões de pessoas⁴, enquanto os de outras emissoras alcançam, quando muito, 5% desse total.

Em mais de uma situação, esse apoio do Jornal Nacional ao regime militar foi evidenciado. Um dos episódios mais citados pelos estudiosos do jornalismo é o comício pelas Diretas Já em São Paulo, em 25 de janeiro de 1985, que reuniu cerca de 300 mil pessoas. Naquela ocasião, o noticiário televisivo noticiou a manifestação como um evento em comemoração pelo aniversário de São Paulo (KOTSCHO, 1984; LIMA, 2006). O episódio evidencia que o JN foi guiado por decisões fundadas em posicionamentos políticos da empresa, disposta a intervir na realidade – a partir de certos enquadramentos – para defender interesses ideológicos e financeiros.

3.1.1 O JN e o papel do discurso de informação

Em razão desses aspectos abordados até aqui, é importante refletir não apenas sobre os efeitos do poder comunicativo do JN, mas também sobre o papel desempenhado pelo discurso de informação que caracteriza esse noticiário. No artigo intitulado *O ator político Jornal Nacional e a desconstrução da democracia brasileira*, as pesquisadoras Ângela Carrato Diniz e Eliara Santana Ferreira, com o professor Juarez Guimarães Rocha, observam que os altos índices de audiência alcançados pelo Jornal Nacional ao longo de sua história estão relacionados à sua potência persuasiva e orgânica. Esse poder comunicativo, segundo as pesquisadoras, estaria fundado em um discurso de informação que desempenha função não apenas política, mas também funções econômica e social. A notícia que alcança o público “é um objeto discursivo, produzido, construído” (DINIZ; FERREIRA; ROCHA, 2021, p.4). Estabelece-se, assim, um campo de influência no qual a linguagem emerge “em sintonia com a ação”, no sentido de que a mídia tradicional, ao disputar esse jogo, opera “como instância legitimada para relatar a outrem – a população – os acontecimentos no modo de informação” (idem).

Nesse artigo, um episódio particular é examinado: o processo de impeachment de Dilma Rousseff. As autoras observam que antes e depois do afastamento da então presidente, importantes setores da vida pública (as instâncias jurídicas, midiáticas, políticas e econômicas) assumiram um discurso único: o da corrupção como argumento central para a condenação de

⁴ Em abril 2020, em função da cobertura decorrente da pandemia, a audiência chegou a 54,4 milhões conforme o monitoramento da própria emissora. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/globo-comemora-audiencia-jovem-no-jornal-nacional/>. Acesso em 16 set. 2021.

uma gestão. Neste cenário – como em muitos outros de crise política – acusações de inadequações e irregularidades administrativas e fiscais se transformam no argumento mais expressivo para a construção de teses destinadas a viabilizar um golpe. Por isso, no caso de Rousseff, a operação Lava Jato tornou-se elemento essencial à empreitada dos opositores. As notícias foram, desta forma, produzidas, organizadas e veiculadas de forma a construir uma dada realidade expressa de maneira arbitrária. A agravante, segundo as pesquisadoras, é que esse tipo de tratamento da informação foi ecoado por outros meios de comunicação. Juntos, vários noticiários reproduziram essa linguagem que acabou por influenciar o modo de ver de todos os brasileiros e brasileiras. Afinal, aquela estrutura textual das notícias influenciou fortemente a compreensão da realidade por parte do público receptor.

3.1.2 O JN e a operação lava jato: a construção narrativa

A narrativa adotada pelo JN tomou o Judiciário – principalmente a Polícia Federal – como entidade inatacável. Ela ocupa o ponto alto do noticiário na condição de ator dominante, hegemônico. Em mais de uma edição, o JN retratou as ações da Lava Jato como um espetáculo. Focava especialmente nos agentes da PF, como fazem os filmes. Como observam Diniz, Ferreira e Rocha (2021), a forma como os agentes da Polícia são mostrados em ação, o enredo da notícia – considerando aqui o cenário, os elementos utilizados, as cores escolhidas e até alguns dos gráficos exibidos – transformaram as notícias a respeito em *thrillers*. Além disso, a cobertura, essencialmente inclinada para um lado – o lado dos opositores aos governos do Partido dos Trabalhadores –, garantiu a culpabilidade do ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Para o público, criando a ideia de um inimigo comum combatido pela Lava Jato.

Exemplo nesse sentido está na edição do JN exibida no dia 5 de abril de 2016 a partir dos escândalos revelados pela Operação Lava-Jato. O foco era uma declaração do petista Antônio Palocci, ex-ministro da Casa Civil. Ele afirma que Lula sabia dos atos de corrupção cometidos dentro da Petrobras. Conforme a análise de Diniz, Ferreira e Rocha (2021), é possível notar, ao fundo, de William Bonner, que relata a notícia, um cenário vermelho que lembra as cores utilizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – e, no mesmo fundo, há um cano que jorra notas de dinheiro. Essa análise mostra que o modo como a notícia chega ao público vai muito além do conteúdo narrado, pois todas as formas simbólicas agregadas a esse conteúdo orientam para uma realidade. Como mostra o estudo, as notícias que, por alguma razão,

pudessem ser favoráveis ao Partido dos Trabalhadores foram repassadas com outra estética, desta vez marcada por um cenário neutro e estático – o que faz com que o assunto perca a força em meio ao noticiário.

No caso específico da Lava Jato, a estrutura arquitetada pelo JN evidenciava uma ideia central: a de que nunca, no país, havia ocorrido um escândalo tão grande de corrupção como os que marcaram os governos petistas. E que, para sanar a corrupção, seria necessário combater o inimigo comum, ou seja, o projeto de poder político dos setores de esquerda. Esse espetáculo criado ao redor da notícia desperta emoções variadas no telespectador. O sujeito é tomado ora pela raiva, ora por certa comoção, ora por certa euforia diante dos acontecimentos, mas também dos personagens criados, heróis e vilões.

Os detalhes desse exercício de espetacularização podem ser notados até na entonação dos jornalistas, ora mais grave, ora mais leve. Considerando esse processo de estruturação da notícia, é possível observar que não se trata apenas do conteúdo estrito que ela informa, mas da maneira como esse conteúdo é transmitido. Essa estrutura de cobertura política, praticada principalmente pelo Jornal Nacional, não se limita a influenciar o modo de percepção do público diante de certos acontecimentos narrados, mas projeta, no imaginário desse público, um tipo de cenário econômico e político. É nesse cenário que emerge a figura do ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro.

3.1.3 O personagem sérgio Moro e as rupturas em rede

De acordo com Corrêa (2016), a partir do dia 17 de março de 2014, a operação Lava Jato chega em sua fase ostensiva e começa a ganhar grande espaço nos jornais da televisão brasileira, principalmente no Jornal Nacional e no Fantástico, produtos nobres da TV Globo. Nesse mesmo período, a presidente Dilma Rousseff enfrentava o processo de impeachment, cada vez mais tensionado em função da evolução da operação Lava Jato. O JN recorre cada vez mais a esse cenário político para produzir conteúdos que, na prática, fomentaram a tensão política no país.

Neste período, dois eventos específicos possibilitaram a construção de uma narrativa midiática singular nos jornais: de um lado, a “má gestão política” do país, representada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, os escândalos dos políticos denunciados pela Operação Lava Jato. Naquele contexto, os desdobramentos das investigações passaram a ser acompanhados quase que em tempo real. No ano de 2016, em especial, os

holofotes da mídia estavam especialmente voltados para a operação e foi possível notar grande reflexo dessa cobertura nas ruas, tomadas por vários atos de protestos, entre outras manifestações. Nesse contexto marcado por relatos espetacularizados no âmbito da mídia, a imagem de Sérgio Moro emerge cada vez mais como figura central, tornando-se o principal representante da luta contra a corrupção no país.

3.1.4 A imagem pública e os diferentes processos de celebração

De acordo com Silva e Simões (2021), as celebridades se destacam na cena pública a partir do seu desempenho e das ações que realizam nos seus campos de atuação – e isso inclui os políticos. Nas sociedades contemporâneas, a mídia se torna um lugar central para as representações dessas celebridades que, por meio da fama, criam sua imagem pública. Em um universo simbólico, as representações são um conjunto de sentidos relacionados às experiências das pessoas com o mundo, que, através da linguagem, podem ser efetivados (LIMA; SIMÕES *apud* SILVA; SIMÕES, 2021)

Interessante observar que enquanto os políticos-celebridades recorrem à fama para assegurar a conquista eleitoral, muitas celebridades se tornam politizadas e, assim, também garantem espaço midiático, como é o caso dos ativistas que abraçam uma determinada causa (STREET *apud* SILVA; SIMÕES, 2021). Nesse contexto, os estudiosos identificam pelo menos três tipos de posturas capazes de promover a fama: a luta pela democracia (capaz de celebrar pessoas anteriormente anônimas), o engajamento na diversificação (quando celebridades emergem em outros campos sociais para além do seu campo de atuação) e na migração (quando o indivíduo utiliza da fama para investir esforços em outras atividades profissionais que não a sua).

No caso de Sérgio Moro, tudo começa com sua atuação como juiz da operação Lava Jato, processo de investigação que permitiu sua transformação em figura célebre na cena política do país. De acordo com Silva e Simões (2021), a imagem pública se dá na relação com os indivíduos, tanto pela aproximação com eles quanto pelo distanciamento. A partir de 2014, no desenrolar da Lava Jato, dois grupos se revelaram no país: um que passa a idolatrar Moro – e que abomina o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não crítica as ações da Lava Jato – e outro que idolatra Lula, abomina Moro e vê a Lava Jato como uma ameaça a democracia. Quando, enfim, a operação resulta na prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, a imagem pública de Sérgio Moro é finalmente consolidada (SILVA E SIMÕES, 2021).

Contudo, essa imagem consolidada de Moro, baseada em sua suposta honestidade e seu discurso fundado na ideia da ética, começa a se abalar a partir da descoberta de que o então juiz se utilizava do auxílio moradia do governo, de mais de R\$ 4 mil, mesmo possuindo imóvel próprio na cidade onde atuava. Além disso, a imagem de Moro foi ainda mais arranhada pelo depoimento do ex-advogado da empreiteira Odebrecht, Tacla Duran, na CPMI da JBS (Comissão Parlamentar de Inquérito Mista criada em 5 de setembro de 2017 para apurar irregularidades praticadas pelo grupo J&F, que controla o frigorífico JBS) no Congresso. Duran acusou um amigo pessoal de Moro, Carlos Zucolotto, de extorsão dos investigados na operação. Isso fez com que a figura de Moro passasse a ser alvo de críticas, inclusive por profissionais da imprensa. Além disso, começam a surgir, nos noticiários, denúncias e relatos que passam a revelar as contradições da operação – o que envolve diretamente o ex-juiz. Mas a celebração definitivamente contribuiu para que Moro fizesse sua migração do Judiciário para o Executivo, assim que foi convidado pelo presidente Jair Bolsonaro a ocupar o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

3.1.5 De “superministro” a ex-ministro: as imagens edificadas e a realidade

A análise trabalhada por Silva e Simões (2021) demonstra que a imagem de Sérgio Moro construída até ali – a partir do desenrolar da Lava Jato – era, definitivamente, a de um juiz intimamente ligado a processos eficientes de combate à corrupção. Por outro lado, passa a crescer, também, a imagem de um juiz parcial que atuou politicamente na condução dos julgamentos. Essa última representação passa a ganhar força após sua ascensão ao ministério, interpretada como recompensa por um papel político desempenhado durante a operação. Nesse processo, o próprio juiz se posiciona como alguém que abre mão de sua magistratura para um bem maior, em que poderia avançar no combate à corrupção. No judiciário, os amigos e colegas de trabalho de Moro costumam identificá-lo como homem competente, digno e respeitado.

É nesse contexto que o ex-juiz de primeira instância passa a ser apelidado por parte da mídia como ‘superministro’ do Governo Bolsonaro, principal personagem na luta contra os desvios de recursos públicos no país. Contudo, apesar da fama, a cerimônia de posse revelou-se um momento menos prestigiado do que se esperava. Poucas pessoas compareceram ao evento. A revista *Veja* chegou a prever atuação de Moro como uma autoridade temida pelos demais atores políticos, mas o ex-juiz acabou enfrentando muitos questionamentos em sua migração para a esfera ministerial, principalmente no que diz respeito às acusações de que

forma parcial na aplicação das penas impostas a vários políticos, com destaque para o ex-presidente Lula, durante a Lava Jato (DRIESSENS *apud* LIMA E SIMÕES, 2021).

A análise de Lima e Simões (2021) revela como contextos orientam e ajudam a compreender a imagem construída de uma figura pública. O papel de herói da corrupção atribuído a Sérgio Moro ganha sentido em um país onde a corrupção é pauta priorizada pela mídia tradicional, constituída por empresas gerenciadas por menos de uma dezena de grupos familiares. Contudo, é no contexto seguinte, quando os desmandos e equívocos do governo Bolsonaro ficam evidentes – em cenário já marcado pelo início da pandemia da Covid-19 – Moro decide deixar o governo Bolsonaro após 16 meses de cargo. Segue com seu discurso de combate a corrupção alegando que este fator foi o que o fez deixar o governo, por não concordar com algumas das decisões do presidente da República. Tenta, deste modo, não se envolver e zelar por sua própria trajetória. A saída de Sérgio Moro do governo mostra as tensões relacionadas à sua imagem pública e os confrontos com os outros atores políticos na disputa pelo poder.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A análise de enquadramento foi o percurso metodológico ao qual se recorreu aqui para observar a cobertura do JN a partir desse episódio específico envolvendo o ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro. Considerou-se, em especial, a discussão e as reflexões propostas por Ricardo Fabrino e Paula Simões acerca das diferentes operacionalizações a partir da emolduração de certos eventos. Para os autores, os conteúdos diversos apresentados por meio dos processos de comunicação decorrem, em grande parte, das cenas que se apresentam a partir da interação dos interlocutores participantes. Esta interação, quando analisada através do enquadramento, permite verificar diversas indicações implícitas de como os sujeitos podem reagir ao receber uma mensagem, o que possibilita a identificação de certos modos de perceber e assimilar determinados conteúdos. O enquadramento é o que permite vislumbrar regras e orientações “invisíveis” que norteiam uma situação e os atores envolvidos nela. Ainda segundo Mendonça e Simões (2012), mesmo que o enquadramento tenha sido pensado por Goffman no contexto da comunicação face a face, tem crescido, em especial no campo da Comunicação, a utilização dessa técnica para a análise de interfaces que envolvem a mídia, a sociedade e a política.

Outro autor ao qual se recorreu aqui é Mauro Porto (2002), que resgatou, no tempo, os

conceitos de enquadramento que, ainda hoje, orientam grande parte dos trabalhos nos campos das Ciências Sociais, mas também do Jornalismo. Porto trabalhará concepções importantes de estudiosos como Erving Goffman, Todd Gitlin e Robert Entman para, então, observar as singularidades dos enquadramentos observados nos produtos midiáticos, principalmente na área política. A partir desse resgate, o enquadramento emergirá nesse capítulo como instrumento de análise, utilizado principalmente para a identificação de recortes concretos (visando à certas conformações narrativas, ou “emoldurações”) observados na edição do Jornal Nacional de 24 de abril de 2020, e também nas edições dos dias 5, 12 e 25 de maio desse mesmo ano.

4.1 As edições e os recortes para a emolduração

As edições acima referenciadas marcam os episódios que envolvem a saída do ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro do governo de Jair Bolsonaro. A edição do JN de 24 de abril de 2020 tem como chamada principal o acontecimento político que gerou, nas redes sociais, 115,2 mil tweets em 60 minutos⁵. A onda de manifestações chegou a superar aquelas que marcaram o anúncio das políticas de isolamento social no Brasil, em meados de março (considerando, aqui, os mais polêmicos pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro, os protestos de rua e até mesmo a demissão do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta).

A chamada enfatiza dados cronológicos sobre os acontecimentos no governo Bolsonaro que envolvem Sérgio Moro diretamente. Num primeiro momento, o jornal faz um recorte de novembro de 2018, lembrando a declaração do presidente Jair Bolsonaro de que Moro teria “carta branca” para combater a corrupção na condição de ministro da Justiça. Na sequência, um novo recorte é feito para recuperar o mês de abril de 2020, quando o presidente da República demitiu o diretor geral da Polícia Federal (PF), Maurício Valeixo, considerado o braço direito de Sérgio Moro, contra a vontade do então ministro da Justiça. O JN anuncia, na sequência, o pedido de demissão do ex-juiz e exibe a imagem de Sérgio Moro, com destaque para seu argumento principal para essa decisão: de que o presidente teria violado a promessa que lhe havia feito. O noticiário também ressalta as críticas do ex-juiz à saída de Valeixo do comando

⁵ Ver Núcleo Newsletter em 24/04/2020. Disponível em: www.nucleo.jor.br/reportagem/2020-04-24-sergio-moro-saida-justica-bolsonaro/. Acesso em 23. out. 2021.

da PF. Em seguida, mas ainda na chamada, o jornal apresenta algumas das recentes ações de Jair Bolsonaro. Informa, por exemplo, que o presidente havia convocado seus ministros para um pronunciamento ao país e que, durante esse pronunciamento, desqualificava a figura de Sérgio Moro. Essa chamada se fecha com a informação de que o JN havia procurado Sérgio Moro, a fim de obter provas das acusações feitas por ele ao presidente, e que todos os dados coletados seriam apresentados durante aquela edição. As chamadas subsequentes, transmitidas após o tema principal, configuram “ganchos” relacionados a esse mesmo assunto: o procurador geral da República começa a analisar os possíveis crimes cometidos pelo presidente (denunciados por Sérgio Moro) e a repercussão da saída do ex-juiz no âmbito dos outros poderes. A edição, ao todo, tem duração de 1 hora e 30 minutos. Desse total, 58 minutos são dedicados exclusivamente ao caso.

A matéria principal desta edição começa com a contextualização dos acontecimentos no governo a partir das ações das duas figuras centrais do tema, Sérgio Moro e o presidente Bolsonaro. Nesse enredo, ganha destaque o fato de que o primeiro documento emitido pelo governo sobre a exoneração de Maurício Valeixo continha a assinatura de Moro. Explica-se, contudo, que o então ministro alegava não ter assinado essa exoneração. Na sequência, o jornal informa que, apesar de a assinatura do ex-ministro ter sido “retirada”, o “estrago” já havia sido feito. A matéria apresenta o que considera evidências de um esvaziamento do papel de Moro no governo. Ressalta, ainda, que o episódio da saída do ex-juiz da equipe ministerial foi marcado por várias críticas e acusações contra o presidente Bolsonaro. Na sequência, o jornal menciona o discurso que Bolsonaro fez horas depois da saída de Moro, quando o presidente enfatizou que as acusações do ex-juiz eram infundadas e que ele nunca havia interferido politicamente na PF. O discurso de demissão de Sérgio Moro é, então, apresentado, com pausas para as explicações de William Bonner e Renata Vasconcellos sobre os argumentos do já ex-ministro.

As acusações apresentadas por Moro, e explicadas pelo jornal, incluem os pedidos feitos pelo presidente no sentido de obter relatórios de inteligência da Polícia Federal. A notícia é encerrada com a fala de Sérgio Moro, informando que procuraria um emprego após sua saída do governo e que estaria sempre “à disposição do Brasil”. Na abordagem que se segue, o jornal apresenta as explicações de Jair Bolsonaro, assinalando as divergências então existentes entre ele e Sérgio Moro, em uma narrativa cronológica e didática. Detalhe-se a carreira de Moro, antes de sua ida para o Ministério da Justiça, bem como suas ações na Operação Lava Jato – ações que, conforme a narrativa do JN, tiveram projeção mundial, ocasionando a prisão do ex-

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

As versões de Bolsonaro e de Moro sobre os acontecimentos são apresentadas de modo a criar uma cena geral de intriga e disputa: primeiro, apresentando o lado de quem acusa, e na sequência, de quem se defende das acusações. O discurso de Bolsonaro também é apresentado com pausas para explicações de William Bonner e Renata Vasconcellos. O jornal apresenta, nesse ponto, o momento em que Bolsonaro, em seu discurso, acusa Moro de ter pedido para ser indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Logo depois o JN apresentou às “provas” de Moro: uma sequência de mensagens via Whatsapp à qual o jornal teve acesso com exclusividade. Na primeira mensagem exibida, Bolsonaro envia uma matéria do portal Antagonista, que fala sobre a Polícia Federal investigando deputados bolsonaristas, e, na sequência, diz para Sérgio Moro que a notícia “é mais um motivo para a troca”. Sérgio Moro explica que a investigação não havia sido pedida por Maurício Valeixo. A segunda troca de mensagens, com Carla Zambelli, traz um pedido da deputada para que Sérgio Moro aceite o novo candidato à Polícia Federal e aguarde até que a questão possa ir para o Supremo Tribunal Federal. O ex-ministro responde à mensagem dizendo não estar “à venda”. Para finalizar a matéria, o noticiário faz três movimentos subsequentes: mostra como a saída de Moro do governo foi notícia em diversos jornais pelo país, menciona um inquérito aberto pela PF para analisar as acusações feitas por Moro e conta que, durante o discurso de presidente, houve ‘panelaço’ em todas as regiões do país.

Dez dias depois, em 5 de maio de 2020, o jornal retoma o assunto da saída de Moro, desta vez com foco nos desdobramentos do acontecimento em uma matéria com duração de 24 minutos e 59 segundos. A chamada da matéria retoma as acusações de Moro contra o presidente Bolsonaro, agora com mais detalhes. O jornal ressalta que, de acordo com Moro, o presidente também tinha interesse em mudar a superintendência da PF do Rio de Janeiro. Ainda na chamada, o JN mostra como as acusações feitas por Moro foram evidenciadas após a sua saída do governo: o superintendente do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Oliveira, foi trocado, passando a ser Rolando de Souza, e Carlos Henrique Oliveira, tornou-se o vice-presidente da PF. O noticiário explica ao espectador, nesse ponto, que o cargo concedido a Carlos Henrique é operacional – e que, por isso, não dá a ele qualquer acesso às investigações. Na sequência, a chamada de “gancho” informa que Bolsonaro voltou a desrespeitar os profissionais de imprensa. Interessante observar que, após a escalada, o desenrolar da saída de Sérgio Moro não é a primeira matéria do jornal, que é apresentada apenas aos 32 minutos. A matéria tem início com Moro reafirmando as acusações contra o presidente e com informações sobre o depoimento

que ele havia prestado à PF. O jornal teve acesso ao relatório de 15 páginas e o explica pausadamente ao espectador. A repórter Camila Bomfim, chamada a apresentar novas informações sobre o caso, explica que o desejo de Bolsonaro era indicar Alexandre Ramagem para a presidência da Polícia Federal – mas que teria sido impedido pela Justiça. O jornal exibe a imagem de Bolsonaro em novo discurso, durante o qual também apresenta a tela de seu celular para comprovar que as mensagens trocadas por ele com Sérgio Moro não indicam que teria agido politicamente em relação à PF. O jornal ressalta que conseguiu aproximar a câmera da tela do celular de Bolsonaro, e que a mensagem mostrada pelo presidente segue o mesmo raciocínio do que havia sido dito por Moro. Na sequência, o jornal fala do inquérito aberto pelo ministro do STF, Celso de Mello, sobre as investigações envolvendo o presidente após as acusações de Sérgio Moro durante sua saída. A repórter explica todas as partes do inquérito. A matéria é finalizada com imagens em que o presidente aparece falando com seu grupo de apoiadores sobre as acusações, momento em que Bolsonaro também se exalta com os repórteres, ordenando a eles que calassem a boca. O JN aborda, ainda, a nota produzida pelo jornal Folha de São Paulo sobre essa ação desrespeitosa para com os profissionais da empresa – e em seguida exibe uma imagem que traz Jair Bolsonaro pedindo desculpas pelo ocorrido.

Passa-se uma semana e a edição do JN de 12 de maio tem início com informações sobre trechos de um vídeo em poder do ministro Celso de Mello, do STF. A matéria analisada teve duração de 22 minutos e 54 segundos. A gravação é, hoje, uma das peças das investigações sobre as eventuais interferências do presidente Bolsonaro na Polícia Federal. No vídeo, Bolsonaro queixa-se à sua equipe, dizendo que a Polícia Federal não lhe dá as informações de que precisa. Em outro momento, afirma que já teria tentado trocar “gente da segurança nossa no Rio de Janeiro”.⁶ O jornal reforça as falas de Sérgio Moro relacionadas a esse vídeo. O ex-ministro assegurava que, a partir dessa gravação, seria possível comprovar as acusações feitas por ele a Jair Bolsonaro. O jornal informa que, apesar de não ter acesso ao vídeo, pessoas que assistiram às gravações teriam visto o presidente exaltado, afirmando que trocaria o superintendente da PF do Rio de Janeiro. Ainda na chamada, é exibida a imagem de Bolsonaro alegando que, naquela reunião, referia-se à troca da PF do Rio de Janeiro devido a preocupações com a segurança de sua família. O JN informa, então, que quaisquer cuidados relacionados à segurança da família do presidente são de responsabilidade do Gabinete de Segurança

⁶ Mais detalhes do vídeo podem ser acessados por meio da matéria divulgada pela BBC Brasil em 22 de maio de 2020, intitulada *Vídeo de reunião de Bolsonaro é divulgado na íntegra pelo STF; veja falas mais importantes*, pelo link <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52779195>

Institucional – e não da PF.

Quase duas semanas depois, na edição do dia 25 daquele mês, o JN abre o noticiário abordando a tensão enfrentada pelo procurador geral Augusto Aras para decidir se prossegue ou não com as denúncias feitas contra Bolsonaro. Informa, ainda, que o presidente havia feito uma visita de cortesia ao procurador. Na sequência, a chamada anuncia que a Polícia Federal segue analisando as acusações feitas por Sérgio Moro ao presidente e que recolheu as câmeras que gravaram a reunião para análise. Ao final da chamada, o JN apresenta a nota em que Bolsonaro garante que respeita os três poderes e que acredita no arquivamento do inquérito. Ao todo, a edição teve duração de 58 minutos e 42 segundos e 7 minutos e 4 segundos foram destinados a matéria analisada. Nesta edição, a matéria foi a última exibida pelo jornal e tem início com dados sobre uma investigação da PF acerca de informações indevidas que teriam sido vazadas da superintendência do Rio de Janeiro. A matéria segue elencando os próximos depoimentos da investigação da PF que apura as acusações feitas por Sérgio Moro ao presidente. Também menciona a afirmação de Bolsonaro que, ao se defender, assegurou que, durante aquela reunião, falava apenas sobre a segurança de sua família. A edição reforça, contudo, a posição de Moro: a de que Bolsonaro, na verdade, falava sobre a PF. O jornal ressalta que Bolsonaro pediu o arquivamento do processo e que se auto convidou para visitar Augusto Aras, responsável pelo inquérito. O JN finaliza a notícia com uma nota de Bolsonaro sobre a repercussão do vídeo em que diz respeitar os três poderes e os valores democráticos do país.

4.2 Exercícios analíticos

Para o exame proposto, foi construído um quadro analítico (APÊNDICE) a fim de organizar importantes peças na configuração dos enquadramentos observados a partir das edições selecionadas. Nas colunas, foram inseridos elementos considerados fundamentais para uma investigação mais detalhada do material: a *data de cada edição*, para situar o contexto; a *chamada* do JN para cada noticiário analisado, de modo a identificar a ênfase que marca cada edição; o *lead*, de maneira a examinar o destaque trabalhado a partir da estrutura da notícia; os *rostos exibidos* nas matérias por ordem de apresentação, como forma de verificar a hierarquização dos personagens em foco; as *acusações citadas* entre as partes, de modo a verificar os processos de configuração da intriga em questão; os *adjetivos* utilizados – seja para Sérgio Moro, seja para Jair Bolsonaro – para identificar eventuais tentativas de qualificação; e

o *fechamento da notícia*, importante para o exame da intencionalidade do “enquadramento que fica”.

Nesse quadro, cada edição foi trabalhada separadamente, de forma a permitir um acompanhamento sobre a maneira como cada matéria foi construída e a mensagem central que ela transmite ao espectador. A ideia, aqui, é mostrar como cada história foi contada, ou seja, de que modo o jornal articulou seus valores-notícia para orientar quais informações eram relevantes – umas mais que outras. Por isso é importante atentar, também, para os rostos escolhidos para estarem em cena, e qual discurso foi escolhido como norteador do acontecimento em questão.

O quadro também traz o tempo dedicado pelos editores a cada notícia – dentro do tempo total de exibição do jornal. As chamadas são totalmente transcritas, a fim de dar acesso à maneira como as informações foram disponibilizadas – e o que é definido como “principal” nas escaladas dos jornais. Nos espaços reservados para apontar os rostos exibidos em cada edição, denotando as escolhas sobre quem deve aparecer para contextualizar o assunto – também consta o número de vezes em que cada rosto desses foi exibido. As acusações que salientam a rede de intrigas configurada evidenciam a maneira como os personagens principais da matéria são colocados uns contra os outros, criando um possível enredo de disputas entre os envolvidos. A quinta e a sexta linhas mostram a maneira como as edições qualificam Sérgio Moro e Jair Bolsonaro – e as características trabalhadas para a definição desses personagens. Por fim, a sexta linha apresenta a frase final utilizada para o encerramento da notícia.

Nesse exercício analítico, chama a atenção a maneira como a primeira matéria da edição de 24 de abril de 2020 investe na cronologia da batalha entre Sérgio Moro e Jair Bolsonaro. O JN apela para uma abordagem didática, de modo a não deixar dúvidas sobre o contexto no qual os conflitos se dão. A chamada contém o texto mais extenso se comparada às demais edições analisadas, e nela é mostrado tudo aquilo que a reportagem trará, mais adiante, com mais detalhes. É como se todos os aspectos dessa notícia tivessem a mesma urgência – o que é confirmado pelo lead, que trata da forma “avassaladora” como se dá a saída de Sérgio Moro do governo Bolsonaro. O passado do ex-juiz passa a ser celebrizado, com destaque para o papel desempenhado por ele na operação Lava Jato, onde teria atuado no “combate à corrupção e ao crime organizado”. O motivo de sua saída também é destacado: a demissão de alguém que era o “braço direito” do então ministro, o diretor geral da PF, Maurício Valeixo.

Os rostos exibidos, dispostos por ordem da aparição (com informações sobre o número

de vezes em que foram mostrados) dão uma ideia das escolhas editoriais na hierarquização dos personagens envolvidos na intriga: Sérgio Moro: 28 vezes (das quais 11 são repetições de cenas em que ele faz seu pronunciamento); Jair Bolsonaro: 21 (13 oriundas de imagens do seu pronunciamento); Maurício Valeixo: 4; Flávio Bolsonaro: 3; Lula: 2; Augusto Aras: 1; Felipe Santa Cruz: 1; Deputado Alessandro Moro: 1; Fernando Henrique Cardoso: 1; Simone Tebet: 1; Antônio Carlos Magalhães Neto: 1; Wilson Witzel: 1; João Dória: 1; Luiz Alberto Barroso: 1 e Dias Toffoli: 1.

Foram identificadas, nesta edição, as seguintes acusações: “Sérgio Moro acusa Bolsonaro de violação a promessa de ‘carta branca’ e ao combate à corrupção”; “Sérgio Moro acusa Bolsonaro de interferência política na PF”; “Bolsonaro acusa Sérgio Moro de condicionar o afastamento de Maurício Valeixo em troca de um cargo no supremo”; “Sérgio Moro acusa Bolsonaro de querer colher relatórios de inteligência”; “Sérgio Moro acusa ‘sem dar nomes’ o fato de seu nome estar no documento de demissão de Maurício Valeixo”; “Moro acusa ‘sem dar nomes’ o documento da demissão de Valeixo alegar que ele pediu demissão do cargo, quando não foi o que aconteceu”. É possível identificar, nesse exame, alguns adjetivos utilizados pelos jornalistas para caracterizar Sérgio Moro. Referem-se a ele expressões como “Passagem avassaladora como ministro”; “célebre” (celebrizado pela operação lava-jato); “Ministro mais bem avaliado do governo”; “Apoio popular maior do que o do Presidente, segundo pesquisa DataFolha” e “Protagonista” (no sentido de que seu protagonismo causou incômodo). Para caracterizar Bolsonaro, não foram identificados adjetivos nesta edição. O fechamento da notícia se dá com a informação de que, ao longo do dia, os principais jornais do país noticiaram a saída de Sérgio Moro do governo, bem como os motivos que o levaram a tomar tal decisão e as acusações que o ex-ministro fez a Jair Bolsonaro.



Figura 1: Jornal Nacional - Edição: 24 de abril de 2020.
Fonte: TV Globo.

Na edição do dia 5 de maio de 2020, a chamada da matéria está centrada no depoimento prestado por Sérgio Moro à Polícia Federal após as acusações feitas por ele contra o presidente Jair Bolsonaro. Assim, o ex-ministro é aquele cidadão que denunciará fatos graves contra o presidente da República. Além disso, a chamada ressalta que, durante o depoimento, o ex-ministro Sérgio Moro apontou os caminhos para a PF conseguir as provas de suas acusações – novamente, o cidadão interessado no esclarecimento dos fatos. A chamada ressalta, ainda, as mudanças feitas na PF por Bolsonaro após a saída de Moro (o que confirmaria os interesses escusos do presidente). A isso, soma-se o destempero e a postura desrespeitosa do chefe da nação em relação à imprensa, demonstrada nas imagens dos xingamentos de Bolsonaro dirigidos aos repórteres na sequência. Novamente, o lead da edição reforça as acusações de Sérgio Moro de que o presidente planejava interferir politicamente na PF – e, de novo, que o ex-ministro, em seu depoimento, havia mostrado o caminho para a obtenção das provas de suas acusações.

Os rostos exibidos na edição, em ordem de aparição, considerando também a quantidade dessas aparições, são: Sérgio Moro: 16; Jair Bolsonaro: 7; Maurício Valeixo: 3; Carlos Henrique Oliveira: 2; Luiz Eduardo Ramos: 2; Braga Neto: 1; Celso de Mello: 1; Carla Zambelli: 1; Eliziane Gama: 1; Otto Alencar e Rogério Carvalho: 1. Nesta edição, foi identificada apenas uma acusação: “Sérgio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir nas investigações da Polícia Federal”. Aqui não foram identificados adjetivos para Sérgio Moro. Para Bolsonaro, apenas um: “Exaltado” (para falar do tom de voz). No fechamento da notícia, Renata Vasconcelos menciona a frase de Bolsonaro em que ele pede desculpas pelo modo como falou com os jornalistas.



Figura 2: Jornal Nacional - Edição: 5 de maio de 2020.
Fonte: TV Globo.

Já na edição do dia 12 de maio de 2020, a chamada investe no tom de um novo escândalo que está por vir no percurso do presidente Bolsonaro. Ao destacar o vídeo da reunião de Bolsonaro com os ministros, a chamada desperta a curiosidade do telespectador ao mencionar a maneira como essa gravação, ainda em sigilo – e em posse do ministro do STF, Celso de Melo –, havia mexido com as autoridades públicas. A chamada fala do desconforto das pessoas que assistiram ao vídeo e menciona as justificativas de Bolsonaro sobre o que é dito na reunião.

O lead da matéria confirma essa intenção de despertar a curiosidade do público ao dar destaque ao fato de que algumas autoridades se reuniram especialmente para assistir ao vídeo – reforçando que algumas dessas pessoas chegaram a revelar que Bolsonaro aparece exaltado, dizendo palavrões para se expressar e ameaçando trocar quem quer que fosse necessário na PF antes que sua família fosse prejudicada. Foram identificados, aqui, os seguintes rostos exibidos (também em ordem de aparição, considerando ainda a quantidade dessas aparições): Jair Bolsonaro: 11; Alexandre Ramagem: 7; Augusto Heleno: 4; Celso de Mello: 3; Ricardo Saadi: 3; Sérgio Moro: 2; Alexandre Saraiva: 2; Alexandre de Moraes: 2; Maurício Valeixo: 2; Braga Netto: 2; Rolando Alexandre de Souza: 1; Luiz Eduardo Ramos: 1; André Figueiredo: 1; Léo Moraes: 1; Rogério Carvalho: 1 e Felipe Barros: 1. Apenas uma acusação foi identificada na edição – e é a mesma já identificada nas edições anteriores analisadas: “Sérgio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir politicamente na PF”. Não foram identificados adjetivos para Sérgio Moro, ao passo que os seguintes adjetivos foram utilizados durante as menções a Jair Bolsonaro: Exaltado (em relação ao tom de voz) e mentiroso (numa referência ao fato de que o presidente Bolsonaro havia sido desmentido). O fechamento da notícia ressalta que a instabilidade política no país voltou a causar impacto na Bolsa de Valores.

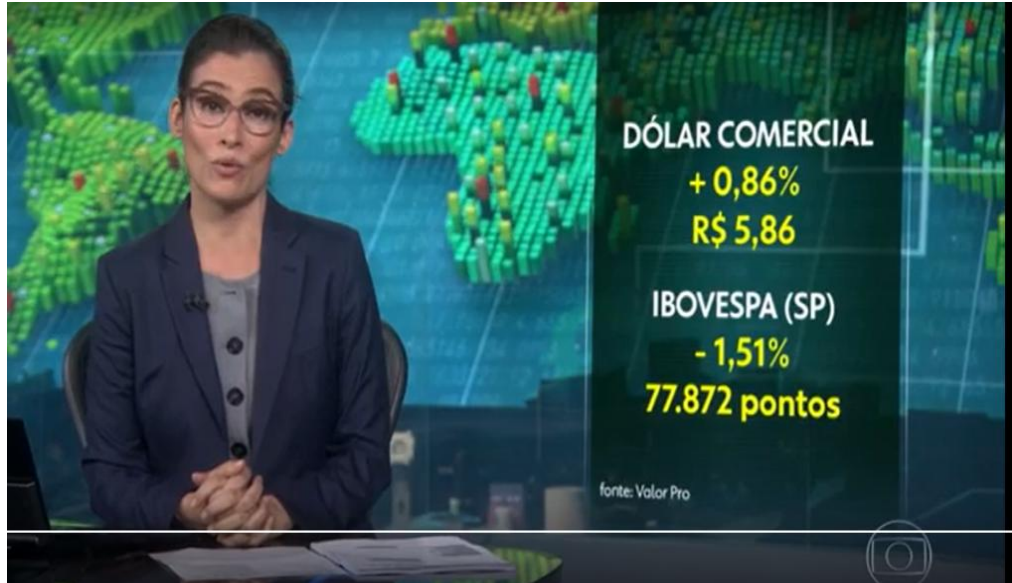


Figura 3: Jornal Nacional - Edição: 12 de maio de 2020.
Fonte: TV Globo.

Na edição do dia 25 de maio de 2020, a chamada destaca os dias que antecedem a decisão de Augusto Aras, Procurador Geral da República, em relação a prosseguir ou não com as denúncias feitas contra Jair Bolsonaro. Também é ressaltada a visita de cortesia feita pelo presidente ao procurador – um presidente que aposta no arquivamento do inquérito. O contraponto aos possíveis efeitos dessa visita (a “não ação” de Augusto Aras, algo que certamente desfavorece Sérgio Moro) está na possibilidade de que a PF consiga confirmar a interferência política de Bolsonaro na própria corporação. Não por acaso o *lead* da matéria informa que a PF segue analisando informações sobre essa suposta ingerência por parte do presidente da República. Os rostos exibidos na matéria em ordem de aparição e por quantidade de vezes são: Flávio Bolsonaro: 3; Jair Bolsonaro: 3; Paulo Marinho: 2; Fabrício Queiroz: 1; Augusto Heleno: 1; André Laranja: 1 e Augusto Aras: 1. Também nesta edição, a acusação é aquela já informada nas edições anteriores: “Sérgio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir politicamente na PF. Não foram identificados adjetivos utilizados para caracterizar Sérgio Moro. Para Jair Bolsonaro foram utilizados: mentiroso (Bolsonaro foi desmentido); impetuoso (com referência à maioria das ações do Presidente). O fechamento da matéria recorre à ironia, chamando a atenção do telespectador para o conteúdo do pronunciamento de Bolsonaro, que assegura ao país que respeita os três poderes e reafirma sua lealdade e compromisso com a democracia.



Figura 4: Jornal Nacional - Edição: 25 de maio de 2020
Fonte: TV Globo

4.3 Moro e a celebração

O exame dos recortes da realidade e das cenas trabalhados nas edições aqui selecionadas evidenciam um processo concreto de celebração do ex-ministro juiz Sérgio Moro. Para refletir sobre isso, é útil retomar as principais concepções de enquadramento trabalhadas por Mauro Porto e sua obra destinada ao resgate das práticas de enquadramento que articulam mídia e política. Ele aponta pelo menos três autores importantes, Erving Goffman, Todd Gitlin e Robert Entman.

Porto (2004) observa que Goffman, um sociólogo canadense, propôs uma noção de enquadramento bastante útil ao campo da Comunicação ao desenvolver a primeira articulação mais sistemática em relação à análise das interações sociais. Para o sociólogo, os enquadramentos constituem-se de princípios que regem os modos de organizar os eventos sociais (como nós nos envolvemos neles e como damos sentido a eles). Ainda que Goffman não tenha criado um conceito “fechado”, ele abriu portas para que outros pesquisadores passassem a analisar o enquadramento. Todd Gitlin, em 1980, traz uma proposição mais aprofundada do conceito, já contemplando os veículos de comunicação. Para ele, o enquadramento midiático encerra formas de organizar um discurso que se dá através de teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante de se transmitir, mesmo que esse processo se dê de forma inconsciente.

Nesse resgate das pesquisas de enquadramento, Porto (2004) destaca, então, a figura de Robert Entman e sua discussão mais pontual, que agrega enquadramento e hegemonia midiática – e que retomará a ideia de enquadramento como *framing*. Para Entman, o *framing* se revela

como um modo de selecionar alguns aspectos do mundo real e de transformá-los em um texto interessante. Diferentemente de Gitlin, ele entende que este processo pode ser feito, e muitas vezes é, de modo consciente. Na concepção de Entman, enquadramentos diagnosticam, avaliam e prescrevem uma dada realidade. Mas não apenas: o enquadramento orienta de que modo as pessoas se lembrarão de um acontecimento, além de orientar como se comportar diante dele. Por este caminho é possível criar uma definição para uma dada realidade, uma interpretação e, até mesmo, uma recomendação de como aquilo pode ser visto. Para Entman, o enquadramento é hoje um instrumento analítico fundamental na análise sobre a importância do papel político exercido pelos meios de comunicação.

Segundo Porto (2004), essa noção de enquadramento trabalhada por Entman guarda relação direta com escolhas importantes no âmbito da prática jornalística, tais como: quais pessoas serão pautadas, quais personagens serão enfatizados e quais serão excluídos. Tal concepção pareceu mais adequada ao exercício analítico aqui proposto, centrado nos enquadramentos realizados pelo JN nas edições sobre a saída de Sérgio Moro do governo Bolsonaro. Como já se mencionou nas seções anteriores, a análise dessas edições mostra o empenho do JN para celebrar o ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro. Os enquadramentos buscaram esvaziar certas partes da realidade contada, e, de mesmo modo, repetiram de maneira exaustiva outros aspectos. Além disso, alguns elementos foram acionados para apresentar um cenário de intriga, de forma que o telespectador pudesse identificar um vilão.

Outro aspecto aqui apresentado é a maneira como o JN buscou – Através das palavras escolhidas para compor a narrativa, do tom de voz e da duração das reportagens, em especial a primeira – criar um clima de tensão política no país. A chamada da matéria do dia 24 de abril, com um texto longo, elencou todas as partes da história como igualmente importantes, desde a chegada de Sérgio Moro ao governo à promessa de ‘carta branca’ feita por Bolsonaro. A saída do então ministro foi definida pelo JN como “avassaladora”. A matéria enfatiza todo o processo de Sérgio Moro antes de entrar na carreira política, de forma a convencer o telespectador da “qualidade” do personagem que o governo estava perdendo. Não fica claro para o público que, apesar de ser uma figura controversa, o presidente da República tem o direito de trocar a direção da Polícia Federal – e que Sérgio Moro, como Ministro da Justiça, poderia opinar sobre o fato, embora não caiba a ele a decisão final.

Outro detalhe é que o JN frisa as acusações de Sérgio Moro contra Bolsonaro. Ainda na chamada, sublinha que o ex-ministro apresentou provas para as acusações que fazia contra o presidente da República. Há que se atentar, ainda, para os termos que o jornal utiliza na matéria.

Em certo momento, ao informarem que o documento de demissão de Maurício Valeixo havia sido divulgado novamente, desta vez sem o nome de Sérgio Moro, o JN afirma que, apesar disso “o estrago já estava feito” – referindo-se ao fato de que, naquele momento, Sérgio Moro já havia se demitido do governo. O JN destaca, ainda, que Sérgio Moro vinha sendo “esvaziado” do governo – e que a saída de Maurício Valeixo teria rompido os limites da tolerância do então ministro.

Empenhado em mostrar a gravidade da situação que marca a saída da figura de Sérgio Moro do governo, o jornal informa que Bolsonaro se reuniu com todos os demais ministros para fazer um pronunciamento à nação. Neste momento, um cenário de intrigas é criado, mobilizando quem acusa e quem é acusado. A matéria é encerrada com a apresentação das mensagens do WhatsApp, consideradas provas. Não por mero acaso, a narrativa é finalizada com uma abordagem sobre o impacto da saída de Sérgio Moro do governo nos jornais dos outros países – seguida de nota e imagens sobre o “panelaço” registrado em várias cidades brasileiras durante o discurso do presidente. Também foi destacado o impacto da notícia na Bolsa de Valores, o que contribuiu para configurar um clima de tensão política no país.

Os adjetivos da edição, aspecto mencionado no quadro analítico, também são reveladores das intenções da cobertura do JN. Sérgio Moro é referenciado como “o juiz celebrizado pela operação Lava Jato”, “o ministro mais bem avaliado do governo” e “o ministro com apoio popular maior do que o próprio presidente”. Com esse “fechamento”, o espectador termina o seu dia com uma imagem positiva de Sérgio Moro.

Na edição do dia 5 de maio de 2020 também é possível notar um enquadramento específico escolhido pelo JN para narrar os desdobramentos do acontecimento. A chamada da matéria retoma as acusações feitas pelo ex-ministro a Jair Bolsonaro, de modo com que o espectador lembre todos os acontecimentos contados no dia 24 de abril. Além disso, o JN ressalta uma nova acusação feita por Moro, de que o presidente também tinha interesse em trocar o superintendente da PF do Rio de Janeiro e que, após a saída de Sérgio Moro, as mudanças que Bolsonaro havia prometido fazer foram colocadas em prática.

Neste ponto, o jornal investe numa explicação didática ao público espectador: detalha o que cada ação de Bolsonaro significa para o governo e explica, pausadamente, as quinze páginas do relatório resultante do depoimento prestado por Sérgio Moro à PF. Em certo momento, o jornal assume postura de um “detentor da verdade”: ao veicular a imagem de Jair Bolsonaro mostrando o próprio celular para exibir ao público sua conversa com Sérgio Moro, a câmera do

JN fecha o foco no intuito de verificar se as mensagens eram as mesmas apresentadas por Sérgio Moro. Ainda nessa edição, Bolsonaro é referenciado como alguém “exaltado”, especialmente quando aparece atacando a imprensa. Embora o JN finalize a matéria com o pedido de desculpas feito mais tarde pelo presidente aos jornalistas, o tom de reprovação usado pela jornalista Renata Vasconcellos ao narrar a frase dita pelo presidente o condena.

Os enquadramentos sucedem-se, então, dessa forma. E não é diferente na edição do dia 12 de maio, quando o jornal traz todas as informações sobre o vídeo da reunião de Jair Bolsonaro com seus ministros, e reforça, retomando os argumentos de Sérgio Moro, que as provas das acusações do ex-juiz, e agora ex-ministro, estão nesse material. O JN, mesmo sem ter acesso ao vídeo, afirma que “pessoas”, sem informar quais, assistiram às imagens e teriam notado que Jair Bolsonaro agia de maneira exaltada. Neste momento, mais uma rede de intrigas originária das rupturas no âmbito do governo é criada. De um lado, Bolsonaro alega que as mudanças às quais se referia eram sobre a segurança pessoal de sua família. De outro lado, o JN reforça que, de acordo com Sérgio Moro, o presidente se referia, sim, a mudanças na PF. O jornal, a exemplo do que fez no dia 5, explica ao espectador, de modo didático, que o setor responsável pela segurança da família do presidente é o Gabinete de Segurança Institucional, desmentindo o chefe do Executivo. O que ganha destaque, aqui, é um cenário de tensão política, especialmente quando o JN informa todas as autoridades importantes convocadas para assistir ao vídeo junto ao procurador geral Augusto Aras – e volta a lembrar que Sérgio Moro acusa Jair Bolsonaro de interferir politicamente na PF. Mais uma vez a matéria é finalizada com informações sobre o impacto do vídeo na Bolsa de Valores.

O mesmo tom permanece em 25 de maio. O JN abre a edição desta noite falando sobre a tensão que o Procurador Geral Augusto Aras experimentava diante das pressões que envolvem a decisão de prosseguir ou não com as denúncias contra Jair Bolsonaro. O jornal ressalta, em tom irônico, que Bolsonaro havia feito uma visita de cortesia ao procurador. Também em tom de ironia, diz que o presidente assegurou aos brasileiros que respeita os três poderes e que acredita no arquivamento do inquérito contra ele – já solicitado, aliás, ao procurador.

A partir da análise, foi possível identificar os recortes preferidos pelo JN, que passa, para o público, um cenário de crise política. Os “ganchos” das chamadas e das matérias ressaltam com frequência o impacto dos acontecimentos nos jornais dos outros países e no desempenho da Bolsa de Valores. Além disso, há uma clara opção por narrativas que criam figuras de “inimigos”, mostrando sempre aquele que acusa de um lado, e, de outro, aquele que é acusado. Tanto sob a perspectiva das muitas possibilidades trabalhadas no campo midiático a

partir da ideia de enquadramento (MENDONÇA; SIMÕES, 2012), quanto sob a perspectiva do enquadramento como definição particular de um problema (ENTMAN *apud* PORTO, 2004), é possível observar como o JN priorizou certos personagens e situações, e esvaziou outros. Com base nesses movimentos, inaugurou narrativas que celebrizaram o ex-ministro e ex-juiz Sérgio Moro, colocando-o, naquele momento, como ator político central para os rumos do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram analisados os enquadramentos produzidos pelo Jornal Nacional durante a cobertura jornalística dos episódios relacionados à saída do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça, no outono de 2020. Para além de evidenciar a ruptura de Sérgio Moro com o governo de Jair Bolsonaro, os enquadramentos carregam particularidades próprias da cobertura política no Brasil e da influência – ainda muito expressiva – da Rede Globo de Televisão na política interna em momentos históricos do país. No caso aqui examinado, a emissora, a partir dos enquadramentos delineados, trabalhou para a celebração da figura de Sérgio Moro.

Nesse percurso, revelou-se interessante observar como os enquadramentos trabalhados pelo JN – nas edições aqui analisadas – evidenciaram exatamente os processos mais precisos enfatizados pelo professor e comunicólogo Robert Entman. Afinal, o jornal diagnosticou e avaliou um conjunto de situações, com seus diferentes personagens, e, assim, delineou uma dada realidade. Na prática, os enquadramentos do Jornal Nacional foram produzidos de forma a orientar o tipo de lembrança que o público terá em mente em relação aos acontecimentos narrados. É bastante provável, portanto, que esses recortes tenham influenciado a maneira como certas pessoas se comportaram diante dessas notícias. O índice de aprovação do presidente JB, por exemplo, permanece em queda após a saída de Moro do governo. E é curioso observar, nesse contexto, que já em novembro de 2021 o ex-juiz e ex-ministro se tornou pré-candidato à presidência do país em 2022, pelo partido Podemos. Moro apoia-se exatamente no discurso de anticorrupção e em defesa da Lava Jato. Houve, assim, um conjunto de enquadramentos que, como assinala Entman, acabaram por definir uma dada situação, além de produzir uma interpretação dirigida do fato relatado. Por isso mesmo é que, na concepção desse autor, o enquadramento se revela importante ferramenta para a análise do papel político exercido pela imprensa nos assuntos de governo que afetam o cidadão comum.

A monografia concluiu que houve uma preferência do jornal por esvaziar certas situações e certos personagens, como o presidente da República e sua equipe, em favor do ex-juiz Sérgio Moro. Nas edições analisadas, foi possível observar a construção de chamadas e matérias que ora apostavam na ideia de caos, ora na ironia, sempre contrapostas à imagem de eficiência do ex-juiz da Lava Jato. O trabalho exigiu um aprofundamento das noções de enquadramento trabalhadas por estudiosos das Ciências Sociais e também da Comunicação,

mas também das concepções de política debatidas por filósofos como Hannah Arendt e por cientistas políticos como Luís Felipe Miguel. Também foi necessário pesquisar sobre a concentração dos grupos de mídia no Brasil, os interesses da classe política no negócio das empresas de Comunicação e os efeitos disso nas notícias produzidas pela mídia tradicional, especialmente pelo Grupo Globo. O jornalismo político e suas particularidades também foi tema explorado à luz dos problemas levantados.

O processo da pesquisa, em si, revelou-se um desafio. Da escolha de um tema para ser investigado até a sua estruturação e consecução, tudo demanda muito empenho e dedicação. Um mundo de novas informações é revelado – e de aprendizados também. A opinião pessoal não é relevante. O que vale é a capacidade do pesquisador de fazer sua abordagem de maneira clara e sistêmica, a fim de produzir uma análise coerente com o que está sendo estudado. Além disso, desenvolver pesquisa em um país em crise – experimentando um quadro de pandemia, mas também de desgoverno – não é fácil. No entanto, esse tipo de pesquisa parece importante para um país como o Brasil, que, durante muito tempo, limitou o debate político entre os seus, já que a população menos favorecida sempre foi submetida a processos de silenciamento, como observou Venício Lima (2017), seja devido aos desafios no setor da educação e às desigualdades do acesso à informação, seja devido aos períodos marcados pela ditadura. As grandes empresas de comunicação do país, segundo ele, não contribuem para a mudança desse estado de coisas.

Nesse sentido, o tema escolhido para esse estudo está relacionado à esperança de que possa crescer o debate sobre a importância dos enquadramentos midiáticos na situação política do país. Espera-se que esse estudo possa provocar discussões sobre o papel da TV aberta, das grandes empresas de comunicação e do jornalismo político na vida da população, contribuindo para a formação do pensamento crítico.

6 REFERÊNCIAS

- COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, Brasília, jul-dez de 2011, p.203-247. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a09>. Acesso em :17 set. 2021.
- CORRÊA, Limberger Nícolas. O Personagem Sérioso Moro: os enquadramentos jornalísticos que compõem a construção da imagem pública do juiz federal. **Universidade Federal de Santa Maria**. 2016
- DINIZ, Ângela Maria Carrato; FERREIRA, Eliara Santana; ROCHA, Juarez Guimarães. O ator político Jornal Nacional e a desconstrução da democracia brasileira. **9º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica**, online, 24 a 28 de maio 2021. Disponível em: <<https://doity.com.br/compolitica2021/blog/anais>>. Acesso em: 17 set. 2021.
- KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil** - Diário da Campanha das diretas. São Paulo: ed. Brasiliense s.a., 1984.
- LIMA, Venício A. de. TV Globo: 40 anos de intimidade com o poder. In: **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LIMA, Venicio. A de. Sobre a cultura silêncio. **Carta Maior**, 12 de Dezembro de 2017, Cidade tal. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/Sobre-a-cultura-do-silencio-1-/12/38974>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino e SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, vol. 27, n. 79, pp. 187-201, jun. 2012.
- MIGUEL, Luís Felipe. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.30, n.88, junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0029.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.
- MIGUEL, Luís Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43 -70, 2001.
- PINTO, Pâmela A. Os diferentes elos entre mídia e política no mercado regional brasileiros: vínculos de conglomerados nacionais e grupos do Norte e do Sul. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica**, Porto Alegre, 10-12 Maio 2017. Disponível em:
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em - Ciências Sociais - Anpocs**. Caxambu (MG), Anpocs, 2002.
- PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.). Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: **EdUFBA**, 2004.
- SILVA, Terezinha; SIMÕES, Paula Guimarães. A imagem pública de Sérgio Moro: Valores em disputa no contexto brasileiro. **Revista FAMECOS**, 27, e37097. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.37097> 2021>. Acesso em: 17 set. 2021.
- TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 30(2): 235-246, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a15v30n2.pdf>. Acesso em: 29 jul .2021.

7 APÊNDICE — QUADRO ANALÍTICO

| | |
|---|---|
| EDIÇÃO JN (data) | 24 de abril 2020 |
| DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA | 00:03:36 a 00:58:05 Tempo total da edição: 1h30 |
| CHAMADA DO JN PARA A MATÉRIA ANALISADA | <p>Novembro de 2018: o Presidente eleito anuncia que vai dar carta branca ao homem que escolheu para ser Ministro da Justiça. “Sergio Moro, no Ministério da Justiça, com todos os meios, inclusive a COAF, para combater a corrupção. O Ministério Da Justiça é integralmente dele, se quer influência minha existe em qualquer cargo do ministério, e o compromisso que tive com ele é carta branca para o combate da corrupção e ao crime organizado”.</p> <p>Abril de 2020: contra a vontade de Sérgio Moro, o presidente Jair Bolsonaro, demite o diretor geral da PF, Maurício Valeixo, e o ex-juiz Moro, pede demissão do ministério com denúncias graves contra o Presidente. “Haveria uma violação de uma promessa que me foi feita inicialmente, que eu teria carta branca, em segundo lugar, não haveria uma causa para esta substituição e estaria claro que estaria havendo uma interferência política na Polícia Federal. O presidente me disse mais de uma vez, expressamente, que ele queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse ligar, pudesse colher informações, colher relatórios de inteligência”. Sergio Moro diz que a saída de Valeixo teria também como razão a preocupação de Bolsonaro com inquéritos que correm no STF. Moro nega que Valeixo tenha pedido a exoneração, como afirma o decreto do Presidente publicado no diário oficial, e diz também que não assinou a demissão, ao contrário do que o decreto registra. O presidente Jair Bolsonaro convoca todos os ministros para se pronunciar aos brasileiros. Desqualifica a pessoa do Sérgio Moro, e diz que ele não tem compromisso com o Brasil, mas apenas com seu próprio Ego. Diz que as denúncias de Moro são infundadas, e nega que tenha dado carta branca ao ex-ministro e que tenha querido saber sobre investigações e inquéritos em andamento, mas admite que pedia sem sucesso relatórios diários das atividades da PF. Bolsonaro, acusou Moro de condicionar o afastamento de Maurício Valeixo a uma vaga no supremo. O presidente diz ainda que a PF tem que ter autonomia e que não há possibilidade de interferência política. O Jornal Nacional cobra do ex-ministro Sérgio Moro provas de acusações que ele fez ao presidente, e de que Moro não barganhou a nomeação para o STF em troca de demitir o diretor da PF, e o ex-ministro da justiça mostra provas com exclusividade ao JN. O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, determina uma análise de possíveis crimes cometidos pelo presidente, segundo as denúncias do ex-ministro da justiça. A saída de Sérgio Moro provoca críticas enfáticas e a preocupação de autoridades nos três poderes e de organizações da sociedade civil.</p> |

| | |
|--|--|
| LEAD | Termina hoje de forma avassaladora a passagem de Sérgio Moro pelo Ministério da Justiça do governo de Jair Bolsonaro. O ex-juiz, celebrado pela operação Lava-Jato, que recebeu do então presidente eleito carta branca para combater a corrupção e o crime organizado, deixou o cargo após a exoneração do braço direito dele, o diretor geral da PF, Maurício Valeixo. |
| ROSTOS EXIBIDOS (em ordem crescente de aparição e por quantidade de exibição) | <ul style="list-style-type: none"> ● Sérgio Moro: 28 (11 apenas de seu pronunciamento) ● Jair Bolsonaro: 21 (13 apenas de seu pronunciamento) ● Maurício Valeixo: 4 ● Flávio Bolsonaro: 3 ● Lula: 2 ● Augusto Aras: 1 ● Felipe Santa Cruz: 1 ● Deputado Alessandro Moron: 1 ● Fernando Henrique Cardoso: 1 ● Simone Tebet: 1 ● ACM Neto: 1 ● Wilson Witzel: 1 ● João Dória: 1 ● Luiz Alberto Barroso: 1 ● Dias Toffoli: 1 |
| ACUSAÇÕES CITADAS | <ul style="list-style-type: none"> ● Sergio Moro acusa Bolsonaro de violação a promessa de “carta branca” e ao combate a corrupção. ● Sergio Moro acusa Bolsonaro de interferência política na PF ● Bolsonaro acusa Moro de condicionar o afastamento de Maurício Valeixo em troca de um cargo no supremo ● Moro acusa Bolsonaro de querer colher relatórios de inteligência ● Moro acusa “sem dar nomes” o fato de seu nome estar no documento de demissão de Maurício Valeixo. ● Moro acusa “sem dar nomes” o documento da demissão de Valeixo alegar que ele pediu demissão do cargo, quando não foi o que aconteceu. ● Bolsonaro “acusa” Sérgio Moro de só ter compromisso consigo mesmo. |
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA MORO (Termos) | <ul style="list-style-type: none"> ● Passagem avassaladora como ministro ● “célebre” (celebrizado pela operação lava-jato) ● “Ministro mais bem avaliado do governo” ● “Apoio popular maior do que o do Presidente, segundo pesquisa DataFolha” ● “Protagonista” (Nos bastidores seu protagonismo causou incômodo) |

| | |
|---|---|
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA BOLSONARO (Termos) | |
| FECHAMENTO DA NOTÍCIA (transcrição da última frase da matéria) | Ao longo de todo o dia, os principais jornais e agências de notícias dos EUA e da Europa informaram detalhes sobre a saída de Moro do Ministério da Justiça e expuseram os motivos que levaram a Moro tomar a decisão de deixar o governo, e também relataram as acusações que o ministro fez ao presidente Jair Bolsonaro. |

| | |
|--|---|
| EDIÇÃO JN (data) | 05 de maio de 2020 |
| DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA | 00:32:31 a 00:56:30 Tempo total da edição: 01:02:15 |
| CHAMADA DO JN PARA A MATÉRIA ANALISADA | No depoimento do ex-ministro Sérgio Moro a Polícia Federal, ele reafirmou que o presidente Jair Bolsonaro queria interferir politicamente na PF, tirando Maurício Valeixo da direção geral da Polícia Federal e substituindo o superintendente do Rio. O ex-ministro relatou uma mensagem que Bolsonaro teria pedido “Moro, você tem 27 superintendências, eu quero apenas a do Rio de Janeiro”. No depoimento, o ex-ministro apontou caminhos para a obtenção de provas do que ele diz. O presidente Bolsonaro confirma a substituição do superintendente do Rio, alega que o novo diretor geral, Rolando de Souza, convidou Carlos Henrique Oliveira para ser o número dois da PF. Mas, o cargo é administrativo e operacional, sem acesso as investigações. O Presidente volta a desrespeitar profissionais da imprensa “Cala a boca, eu não te perguntei nada”. |
| LEAD | O ex-ministro da justiça, Sérgio Moro, reafirmou a Polícia Federal que o presidente Jair Bolsonaro queria interferir politicamente na corporação. No depoimento prestado no sábado, em Curitiba, Moro também apontou os caminhos para obtenção de provas do que ele disse quando pediu demissão do ministério. |
| ROSTOS EXIBIDOS (em ordem crescente de aparição e por quantidade de exibição) | <ul style="list-style-type: none"> ● Sérgio Moro: 16 ● Jair Bolsonaro: 7 ● Maurício Valeixo: 3 ● Carlos Henrique Oliveira: 2 ● Luiz Eduardo Ramos: 2 ● Braga Neto: 1 ● Celso de Mello: 1 ● Carla Zambelli: 1 ● Eliziane Gama: 1 ● Otto Alencar ● Rogério Carvalho: 1 ● |
| ACUSAÇÕES CITADAS | <ul style="list-style-type: none"> ● Sergio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir em investigações da Polícia Federal ● Sergio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir politicamente na Polícia Federal |
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA MORO (Termos) | |

| | |
|--|--|
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA BOLSONARO (Termos) | - “Exaltado” (em tom exaltado) |
| FECHAMENTO DA NOTÍCIA (transcrição da última frase da matéria) | Bolsonaro disse o seguinte “vou repetir agora, educadamente a vocês, desculpa aí, eu fui um pouco grosseiro de manhã com uma senhora e um senhor aqui”. |
| EDIÇÃO JN (data) | 12 de maio de 2020 |
| DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA | 00:39:13 a 01:01:07 Tempo total da edição: 01:01:07 |
| CHAMADA DO JN PARA A MATÉRIA ANALISADA | Um vídeo se torna o epicentro da tensão política em Brasília. Por ordem do ministro do STF, Celso de Mello, a gravação de uma reunião do Presidente Bolsonaro com ministros é exibida a investigadores, procuradores e para o ex-ministro Sérgio Moro. Moro tinha dito que a reunião mostraria a tentativa de Bolsonaro de interferir politicamente em investigações da Polícia Federal. Pessoas que assistiram ao vídeo, afirmam que o presidente se exaltou na reunião e que usou um palavrão ao dizer que queria a troca na PF do Rio porque não iria esperar que a família dele fosse prejudicada, e que se não houvesse essa mudança, trocaria o diretor geral da PF e o próprio ministro da justiça. A divulgação sobre o conteúdo do vídeo provoca reação do presidente. Bolsonaro diz que a preocupação dele é com a segurança da família e não com investigações. Mas, a segurança da família não é feita nem pelo ministro da justiça nem pela PF, é pelo Gabinete de Segurança Institucional. |
| LEAD | Representantes da Advocacia-Geral da União, delegados, procuradores, o ex-ministro da justiça Sérgio Moro e advogados dele, se reuniram nesta terça-feira para ver o vídeo da reunião ministerial que está no epicentro da crise política. Segundo pessoa que viram a gravação, o presidente Jair Bolsonaro usou um palavrão ao dizer que queria a troca na PF do Rio, porque não iria esperar que a família dele fosse prejudicada e que se não houvesse essa mudança, trocaria o diretor geral da PF e o próprio ministro da justiça. |
| ROSTOS EXIBIDOS (em ordem crescente de aparição e por quantidade de exibição) | <ul style="list-style-type: none"> ● Jair Bolsonaro: 11 ● Alexandre Ramagem: 7 ● Augusto Heleno: 4 ● Celso de Mello: 3 ● Ricardo Saadi: 3 ● Sérgio Moro: 2 ● Alexandre Saraiva: 2 ● Alexandre de Moraes: 2 ● Maurício Valeixo: 2 ● Braga Netto: 2 ● Rolando Alexandre de Souza: 1 ● Luiz Eduardo Ramos: 1 ● André Figueiredo: 1 ● Léo Moraes: 1 ● Rogério Carvalho: 1 ● Felipe Barros: 1 |

| | |
|---|--|
| ACUSAÇÕES CITADAS | Sérgio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir politicamente na PF |
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA MORO (Termos) | |
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA BOLSONARO (Termos) | <ul style="list-style-type: none"> - Exaltado (Em tom Exaltado) - Mentiroso (?) (Bolsonaro foi desmentido) |
| FECHAMENTO DA NOTÍCIA (transcrição da última frase da matéria) | “Parlamentares ainda querem que o STF encaminhe a gravação da reunião para o congresso nacional, dizem que é papel do legislativo fiscalizar atos do executivo.” |

| | |
|--|---|
| EDIÇÃO JN (data) | 25 de maio de 2020 |
| DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA | 00:51:12 a 00:57:52 Tempo total da edição: 00:58:42 |
| CHAMADA DO JN PARA A MATÉRIA ANALISADA | Os dias que antecedem a decisão do Procurador-Geral da República sobre se denuncia ou não o Presidente pela suposta interferência política em investigações da Polícia Federal. Jair Bolsonaro faz uma visita de cortesia a Augusto Aras, na sede da Procuradoria, em Brasília. A Polícia Federal recolhe câmera e cartões de memória que registraram a reunião ministerial de 22 de abril. O Presidente divulga nota em que pede respeito mútuo entre os poderes, diz que nunca interferiu em trabalhos da PF e que por questão de justiça acredita no arquivamento do inquérito que motivou a divulgação do vídeo da reunião. |
| LEAD | A Polícia Federal fez novos pedidos de informação sobre a suposta tentativa do presidente Bolsonaro de interferir politicamente na corporação. |
| ROSTOS EXIBIDOS (em ordem crescente de aparição e por quantidade de exibição) | <ul style="list-style-type: none"> ● Flávio Bolsonaro: 3 ● Jair Bolsonaro: 3 ● Paulo Marinho: 2 ● Fabrício Queiroz: 1 ● Augusto Heleno: 1 ● André Laranja: 1 ● Augusto Aras: 1 |
| ACUSAÇÕES CITADAS | Sérgio Moro acusa Bolsonaro de querer interferir politicamente na PF |
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA MORO (Termos) | |
| ADJETIVOS UTILIZADOS PARA BOLSONARO (Termos) | <ul style="list-style-type: none"> - Mentiroso (?) (Bolsonaro foi desmentido) - Impetuoso (O ímpeto do Presidente) |
| FECHAMENTO DA NOTÍCIA (transcrição da última frase da matéria) | Bolsonaro reiterou sua lealdade e compromisso com os valores e ideais democráticos que o conduziram à Presidência da República. |